

Presidente da República  
**Itamar Franco**

Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação  
**Alexis Stepanenko**

**FUNDAÇÃO INSTITUTO  
BRASILEIRO DE GEOGRAFIA  
E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente  
**Silvio Augusto Minciotti**

Diretor de Planejamento e Coordenação  
**Djalma Galvão Carneiro Pessoa**

**ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS**

Diretoria de Pesquisas  
**Tereza Cristina Nascimento Araújo**

Diretoria de Geociências  
**Sergio Bruni**

Diretoria de Informática  
**Francisco Quental**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**Nelson de Castro Senra**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO  
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES - CDDI

# **BRASIL em números**

ISSN 0103-9288

Brasil núm., Rio de Janeiro, v.2, p.1 - 107, 1993

# **FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021 - 120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 0103-9288

© IBGE

O **BRASIL em números** foi estruturado e elaborado no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI - a partir do **Anuário Estatístico do Brasil**, cujas principais fontes de informações são a Diretoria de Pesquisas - DPE - e a Diretoria de Geociências - DGC.

## **CAPA**

Aldo Victorio Filho - Divisão de Promoção/Departamento de Promoção e Comercialização  
- DECOP/CDDI

Brasil em números/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. – v.1 (1992- ). – Rio de Janeiro: IBGE, 1992-

Annual

Publicadas anteriormente, séries estatísticas retrospectivas, sob os títulos: "O Brasil em números" = ISSN 0524-2010, v.1 e v.2 (1960, 1966), continuado por "Brasil: séries estatísticas retrospectivas" = ISSN 0068-0842, v.1 e v.2, (1970, 1977).

ISSN 0103-9288

1. Brasil - Estatística. I. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações.

IBGE. CDDI. Dep. de Documentação e Biblioteca

RJ - IBGE/92-15

CDU 31(81)(05)

# Apresentação

O IBGE, dando prosseguimento a sua missão de disseminar informações sobre o País, lança o segundo volume do *BRASIL em números*. Esta publicação, derivada principalmente do *Anuário Estatístico do Brasil - AEB* -, é uma síntese das informações mais representativas do País, contendo os dados mais atuais disponíveis.

As modificações ocorridas neste segundo volume visaram ao aperfeiçoamento da publicação, tanto no conteúdo como na forma. Aprimoraram-se os textos, tabelas, gráficos e mapas, utilizando-se sugestões da Pesquisa de Opinião, realizada na ocasião do lançamento do primeiro volume.

Com esta edição do *BRASIL em números* o IBGE tem certeza de estar levando à sociedade informações claras e objetivas sobre a realidade brasileira.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1993  
55 anos da Biblioteca Central do IBGE

*Silvio Augusto Minciotti*  
Presidente do IBGE

# Sumário

Território .....	7
População .....	18
Trabalho .....	26
Organização Sindical .....	31
Previdência Social .....	34
Habitação e Saneamento Básico .....	37
Saúde .....	42
Ensino e Cultura .....	45
Participação Política .....	52
Agropecuária .....	54
Indústria .....	59
Energia .....	63
Transportes .....	68
Turismo .....	72
Comunicações .....	75
Preços .....	78
Finanças Públicas .....	80
Moeda e Banco .....	82
Setor Externo .....	85
Contas Nacionais .....	90
MERCOSUL .....	93
<i>Bibliografia</i> .....	97
<i>Índice</i> .....	99

Para a obtenção de atualização dos dados apresentados em cruzeiros, ao longo da obra, seguem os índices calculados pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor

---

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR – INPC	
(Variação acumulada no ano)	
1987	394,60
1988	993,28
1989	1 863,56
1990	1 585,18
1991	475,10
1992	1 149,06

---

---

### Convenções

- ... O dado é desconhecido ou não pode ser apresentado na forma prevista no quadro
  - O dado não existe
  - 0 O fenômeno existe, mas não atinge a unidade adotada na tabela
-



### GRANDES REGIÕES

NORTE

3.851.560,4 km<sup>2</sup>

NORDESTE

1.556.001,1

SUDESTE

924.266,3

SUL

575.316,2

CENTRO-OESTE

1.604.852,3

# Território

Com uma área de 8 511 996 km<sup>2</sup>, o Brasil é o quinto maior País em extensão do mundo, sendo superado apenas pela Rússia, Canadá, China e Estados Unidos. Sua área ocupa quase a totalidade da América do Sul.

Seus limites estendem-se por 23 086 km, sendo que 7 367 km a leste são banhados pelo Oceano Atlântico. Ao norte, oeste e sul, o Brasil faz limite com quase todos os países sul-americanos com exceção do Chile e Equador.

Os pontos extremos são: ao norte, nas nascentes dos rios Uailã e Caburá (Roraima, na fronteira com a Guiana); ao sul, em uma das curvas do Arroio Chuí (Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai); a leste, a Ponta do Seixas (Paraíba); e a oeste, na nascente do rio Moa (Acre, fronteira com o Peru).

O Brasil tem a forma semelhante a de um triângulo, onde a base está voltada para o norte, tornando assim a extensão das terras do sul bem menores que as do norte.

A língua nacional é o português e a moeda corrente é o cruzeiro (Cr\$).

## Pontos extremos do Brasil

PONTOS EXTREMOS	COORDENADAS GEOGRÁFICAS		LOCALIZAÇÃO
	Latitude	Longitude	
Norte	+05° 16' 20"	-60° 12' 43"	Nascentes dos rios Uailã e Caburá
Sul	-33° 44' 32"	-53° 23' 22"	Arroio Chuí
Leste	-07° 09' 28"	-34° 47' 30"	Ponta do Seixas
Oeste	-07° 33' 13"	-73° 59' 32"	Nascente do rio Moa

FONTE – IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

NOTA – Leitura de cartas topográficas.

Extensão da linha divisória, segundo os países limítrofes  
e o Oceano Atlântico

PAÍSES LIMÍTROFES E OCEANO ATLÂNTICO	EXTENSÃO DA LINHA DIVISÓRIA	
	Absoluta (km)	Relativa (%)
<b>TOTAL</b>	<b>23 066</b>	<b>100,00</b>
<b>Países limítrofes</b>	<b>15 719</b>	<b>67,97</b>
Venezuela	1 495	6,47
Guiana	1 608	6,94
Suriname	593	2,56
Guiana Francesa	656	2,83
Uruguai	1 003	4,34
Argentina	1 263	5,46
Paraguai	1 339	5,79
Bolívia	3 128	13,52
Peru	2 995	12,95
Colômbia	1 644	7,11
<b>Oceano Atlântico</b>	<b>7 367</b>	<b>32,03</b>

FONTE - IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

NOTA - Dados sujeitos a retificação.

## Hora Legal

O Brasil está situado na América do Sul entre os paralelos de 5°16'20'' de latitude Norte e 33°44'32'' de latitude Sul.

A distância que separa os pontos extremos leste-oeste é de 4 319,4 km. Esta distância faz com que o Brasil seja cortado por quatro fusos horários. A maior parte do País está três horas atrasada em relação ao meridiano de Greenwich.

## Hora legal

REGIÕES COMPREENDIDAS	FUSOS HORÁRIOS EM RELAÇÃO À HORA DE GREENWICH	ÁREA ABRANGIDA	
		Absoluta (km <sup>2</sup> )	Relativa (%)
<b>BRASIL</b>		<b>8 511 996</b>	<b>100,00</b>
Ilhas oceânicas, inclusive Fernando de Noronha	-2 horas	37	0,00
Amapá, Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, Goiás e Tocantins, Distrito Federal e a parte do Pará a leste da linha que, partindo da foz do rio Jari, sobe pelo rio Amazonas até alcançar a foz do rio Xingu, por este subindo até os limites de Mato Grosso	-3 horas	(1) 4 355 473	51,17
Rondônia, Roraima, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso a parte do Pará a oeste da linha já citada e a parte do Amazonas a leste da geodésica que, partindo de Tabatinga, vai a Porto Acre, compreendidas essas duas localidades no fuso de -4 horas	-4 horas	3 805 572	44,71
Acre e parte do Amazonas a oeste da geodésica mencionada	-5 horas	350 914	4,12

FONTE – IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

NOTA – Hora legal regida pela Lei nº 2.784, de 18.06.1913.

(1) Inclusive a área de 2 614 km<sup>2</sup> correspondente à zona litigiosa entre Piauí e Ceará.

## Divisão Político-Administrativa

O Brasil é uma República Federativa, com 4 973 municípios que compõem 26 estados e um Distrito Federal, onde funciona a sede do Governo com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Brasília é a capital da República.

Os estados estão agrupados em cinco Grandes Regiões: a Região Norte, a maior do País, ocupa 45,2% do Território Nacional e é formada pelos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins; a Região Nordeste ocu-

pa 18,2% do Território Nacional e compõe-se dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; a Região Sudeste compreende 10,8% do Território Nacional e é formada pelos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo; a Região Sul, a menor do País, ocupa 6,7% do Território Nacional e compõe-se dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e a Região Centro-Oeste que compreende 18,8% do Território Nacional e é composta pelos Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal.

#### Área total, segundo as Grandes Regiões

GRANDES REGIÕES	ÁREA TOTAL	
	Absoluta (km <sup>2</sup> )	Relativa (%)
<b>BRASIL</b>	<b>8 511 996,3</b>	<b>100,00</b>
Norte	3 851 560,4	45,25
Nordeste	1 556 001,1	18,27
Sudeste	924 266,3	10,85
Sul	575 316,2	6,76
Centro-Oeste	1 604 852,3	18,86

FONTE – Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

NOTA – Leitura de cartas topográficas e cálculos geodésicos de áreas.

## Relevo

O relevo brasileiro apresenta diversidade de aspectos geomorfológicos, decorrentes de sucessivas alterações climáticas e tectônicas que, ao longo do tempo geológico, atuaram sobre as rochas, originando variada e complexa compartimentação, que é representada por unidades de relevo tais como: planícies, depressões, chapadas, serras e planaltos.

Predominam em cerca de 78,03% do nosso território alturas inferiores a 500 m, enquanto que apenas 0,54% ultrapassa os 1 200 m.

Os pontos culminantes do Brasil são: o Pico da Neblina (3014 m), o Pico 31 de Março (2992 m), ambos na Serra Imeri (fronteira Amazonas / Venezuela) e o Pico da Bandeira (2890 m) na Serra Caparaó (divisa Minas Gerais / Espírito Santo).

## Pontos mais altos do Brasil

TOPÔNIMO	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ALTITUDE (m) (1)
Pico da Neblina	Amazonas	Serra do Imeri	3 014,1
Pico 31 de Março	Amazonas (2)	Serra do Imeri	2 992,4
Pico da Bandeira	Minas Gerais/ Espírito Santo	Serra do Caparaó	2 889,9
Pico do Cristal	Minas Gerais	Serra do Caparaó	2 798
Pico das Agulhas Negras	Minas Gerais/ Rio de Janeiro	Serra do Itatiaia	2 787
Pedra da Mina	Minas Gerais/ São Paulo	Serra da Mantiqueira	2 770
Pico do Calçado	Espírito Santo/ Minas Gerais	Serra do Caparaó	2 766
Monte Roraima	Roraima (2) (3)	Serra do Pacaraima	2 727,3
Pico Três Estados	São Paulo/ Minas Gerais/ Rio de Janeiro	Serra da Mantiqueira	2 665
Pico do Cadorna	Amazonas (2)	Serra do Imeri	2 596
Pedra Furada	Rio de Janeiro/ Minas Gerais	Serra da Mantiqueira	2 589

FONTES – IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia.

NOTA – Foram considerados os pontos com altura superior a 2 500 metros.

(1) As altitudes ao decímetro correspondem às medições de campo e, as demais, à leitura de cartas topográficas. (2) Fronteira com a Venezuela. (3) Fronteira com a Guiana.

## Clima

A configuração geográfica tangenciada pelo litoral de norte a sul, a continentalidade e as condições de relevo, associadas à dinâmica dos sistemas atmosféricos, condicionaram uma ampla diversificação climática com diferenciações regionais nítidas.

No referente ao aspecto térmico, as médias anuais mais elevadas (26° a 28°C) ocorrem no interior da Região Nordeste e ao longo do médio e baixo rio Amazo-

nas. Os menores valores (inferiores a 18°C) ocorrem nas regiões serranas do Sudeste e na maior parte da Região Sul.

Temperaturas máximas absolutas, superiores a 40°C, são registradas em terras baixas interioranas do Nordeste; nas depressões, vales e baixadas do Sudeste; no Pantanal e áreas rebaixadas do Centro-Oeste; e nas depressões centrais e no vale do rio Uruguai, na Região Sul. Por outro lado, mínimas absolutas com valores negativos são freqüentes nos cumes serranos do Sudeste e em grande parte do Sul, onde são acompanhadas de geadas e neve.

#### Principais observações meteorológicas dos municípios das capitais - 1991

MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS	TEMPERATURA DO AR (°C)		UMIDADE RELATIVA (%)	ALTURA TOTAL DA PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA (mm)
	Máxima absoluta	Mínima absoluta		
Porto Velho	36.2	14.1	83	2 021,6
Rio Branco	36.0	...	84	1 677,4
Manaus	40.1	18.6	79	2 275,8
Boa Vista	...	...	...	...
Belém (1)	33.8	20.2	87	3 752,3
Macapá (1)	34.0	21.2	86	2 905,4
São Luís (1)	32.8	20.6	87	2 786,0
Teresina	...	...	...	...
Fortaleza	32.5	20.6	77	1 420,7
Natal	...	...	...	...
João Pessoa	31.2	20.0	75	1 376,5
Recife (2)	32.5	14.0	79	2 478,0
Maceió (2)	...	...	...	1 637,5
Aracaju	32.6	18.0	75	1 246,6
Salvador	32.6	...	81	1 762,1
Belo Horizonte	32.3	10.0	69	1 818,6
Vitória (1)	35.5	15.1	77	1 212,3
Rio de Janeiro	...	...	...	...
São Paulo	33.0	6.4	76	1 925,8
Curitiba	32.4	0.5	80	1 238,1
Florianópolis	34.8	1.5	80	1 770,9
Porto Alegre	38.2	0.6	72	1 181,0
Campo Grande	36.2	5.4	71	1 713,9
Cuiabá	39.2	10.0	75	1 488,2
Goiânia	36.2	8.9	63	1 534,0
Brasília (2)	31.6	7.0	66	1 319,4

FONTE - Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, Instituto Nacional de Meteorologia.

NOTA - Dados referentes ao período de janeiro a dezembro.

(1) Dados referentes a 1989. (2) Dados referentes a 1990.

Quanto ao aspecto hídrico, as áreas mais chuvosas correspondem ao litoral do Pará e à parte ocidental do Amazonas, onde os totais pluviométricos são superiores a 3 000 mm anuais. Na Região Sudeste, na Serra do Mar (São Paulo), ultrapassam 3 500 mm anuais. As áreas menos chuvosas localizam-se no Nordeste, com valores inferiores a 500 mm anuais.

O máximo pluviométrico se dá no período verão-outono em quase todo o País, exceto em Roraima e no norte do Amazonas. Por estarem situados no Hemisfério Norte, o seu período chuvoso ocorre durante o inverno.

## Recursos Hídricos

O Brasil possui uma vasta e densa rede hidrográfica, sendo que muitos de seus rios destacam-se pela extensão, largura e profundidade. Por outro lado, em decorrência da natureza do relevo, predominam os rios de planalto, que apresentam um alto potencial para a geração de energia elétrica.

Segundo a classificação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE -, são oito as grandes bacias hidrográficas: a do rio Amazonas; a do rio

### Área e potencial hidrelétrico, segundo as bacias hidrográficas - 1991

BACIAS HIDROGRÁFICAS	ÁREA (km <sup>2</sup> ) (1)	POTENCIAL HIDRELÉTRICO (Energia firme - MW/ano) (2) (3)			
		Total	Em operação e/ou em construção	Inventário da viabilidade do potencial básico	Estimado
<b>TOTAL</b>	<b>8 511 996,3</b>	<b>129 045,9</b>	<b>30 064,5</b>	<b>47 619,7</b>	<b>51 361,8</b>
Amazônica	3 889 489,6	54 027,2	191,5	16 662,2	37 173,5
Tocantins	808 150,1	14 596,0	3 515,5	9 531,1	1 549,4
Atlântico Sul					
Trecho Norte e Nordeste	981 661,6	1 563,7	140,0	94,6	1 329,0
Trecho Leste	570 714,8	7 816,6	909,7	5 579,9	1 327,0
Trecho Sudeste	222 988,0	3 439,9	743,8	765,1	1 931,0
São Francisco	645 876,6	9 650,4	5 707,0	2 673,0	1 270,5
Paraná	1 216 357,3	30 187,1	18 715,2	8 045,8	5 426,1
Uruguai	176 758,3	7 765,1	141,7	6 268,0	1 355,4

FONTE - IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Cartografia - Secretaria Nacional de Energia, Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS.

(1) Dados sujeitos a retificação. (2) As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados. (3) Energia firme é a produção anual garantida.

Tocantins; a do Atlântico Sul, trechos norte e nordeste; a do rio São Francisco; a do Atlântico Sul, trecho leste; a do rio Paraná; a do rio Uruguai; e a do Atlântico Sul, trecho sudeste.

### **Potencial Hidrelétrico**

No Brasil, a capacidade de geração de energia hidrelétrica, em 1990, segundo dados da ELETROBRÁS, é de 255 000 MW. Contudo, a potência nominal instalada no ano em referência é de 58 630 MW. Assim, a Bacia Amazônica, que apresenta potencial de 105 500 MW, tem apenas 0,4% em operação/construção.

As Bacias do São Francisco; do Atlântico Sul, trechos leste e sudeste; do Uruguai; e do Paraná são, no momento, as responsáveis pelo fornecimento de energia hidrelétrica ao trecho de maior concentração demográfica e industrial do País.

### **Vegetação**

A maior floresta equatorial do planeta é a Amazônica, com 3 milhões de km<sup>2</sup>. Reveste os Estados do Acre, de Rondônia, do Amazonas e do Pará e parte dos Estados de Roraima, do Amapá, de Mato Grosso, do Tocantins e do Maranhão.

A Floresta Amazônica e o Pantanal Mato-Grossense constituem duas das maiores reservas biológicas intactas que existem no mundo.

### **Fauna e Flora**

A fauna e a flora brasileiras têm sofrido grande devastação causada pela intervenção do homem na natureza.

Um estudo realizado pelo IBGE, em 1990, enumerou 303 espécies/subespécies de animais ameaçados de extermínio. Dentre eles estão o mico-leão-dourado, a aranha-azul, a onça-pintada, o tamanduá-bandeira e a baleia-branca. Esses animais têm sido dizimados pela destruição de seus habitats e pela caça indiscriminada.

Com a preocupação de preservar e proteger a fauna e a flora vêm sendo criadas áreas com características naturais, que garantem proteção para preservar a diversidade biológica e as espécies raras ou ameaçadas.

Em junho de 1992, o Rio de Janeiro foi a sede da maior reunião ecológica do mundo, patrocinada pela Organização das Nações Unidas - ONU -, onde foram discutidos e assinados acordos sobre os problemas que ameaçam o meio ambiente e a vida do planeta.

### **Unidades de Conservação da Natureza**

As Unidades de Conservação da Natureza, no Brasil, dividem-se em 13 tipos: Área de Preservação Permanente (70); Área de Proteção Ambiental (108); Área de Relevante Interesse Ecológico (21); Estação Ecológica (59); Floresta (50); Monumento Natural (3); Parque (112); Parque Ecológico (16); Parque Florestal (31); Reserva Biológica (76); Reserva Ecológica (65); Reserva Florestal (30); e Reserva Extrativista (9). Essas Unidades Espaciais são mantidas pelo poder público e por particulares.

ESPÉCIES EM PROCESSO  
AVANÇADO DE EXTINÇÃO

220 km 110 0 110 220 330 440 550 km



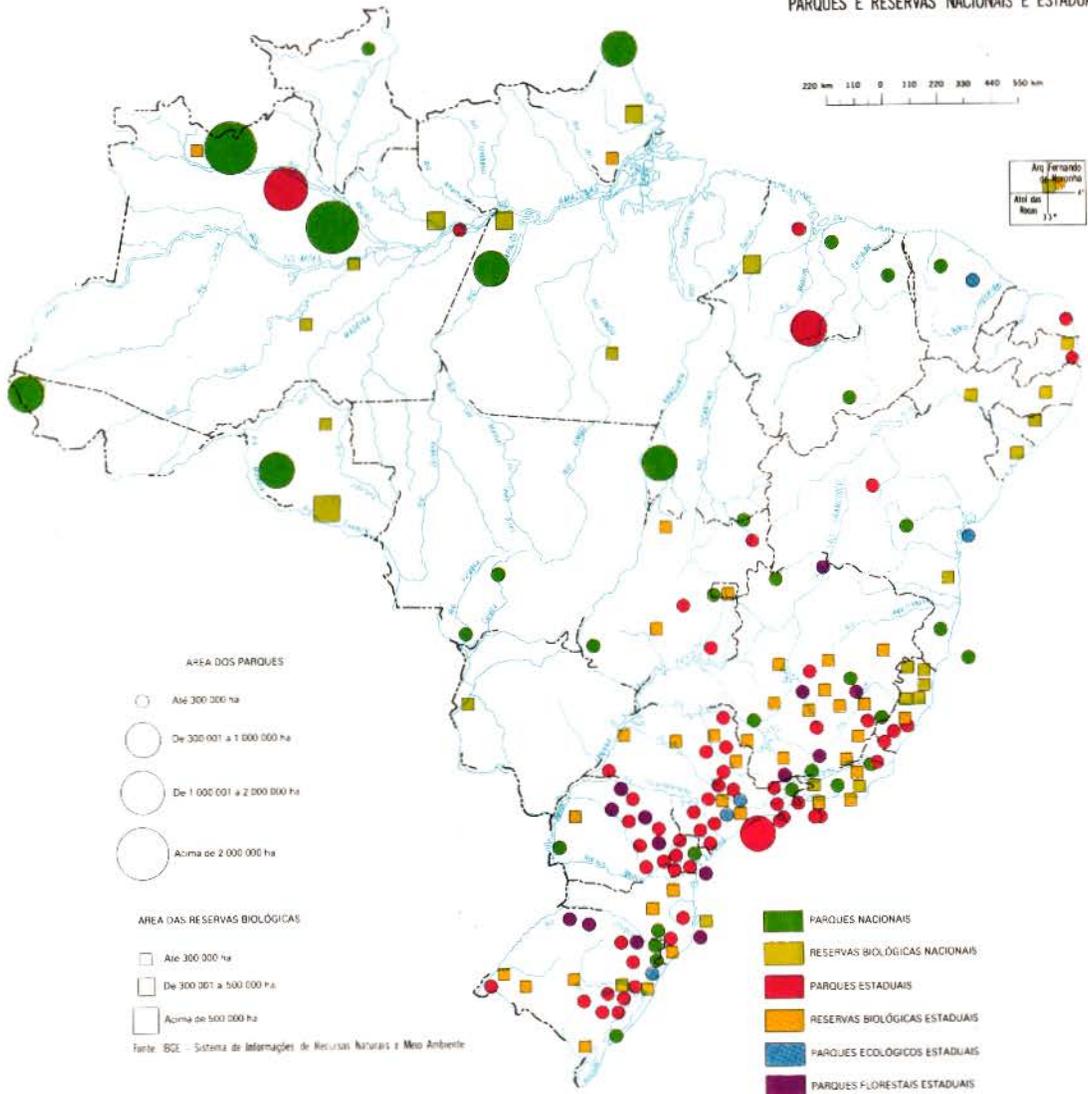
- |  |  |
|--|--|
|  | 1 - borboleta<br>— <i>Euryides phitas</i><br>(Hübner, 1821)                      |
|  | 2 - peixe cinolebas<br>— <i>Cynolebas</i><br>Sp.                                 |
|  | 3 - tartaruga de couro<br>— <i>Dermochelys coriacea</i><br>(Linnaeus, 1758)      |
|  | 4 - rolinha do planalto<br>— <i>Columbina cyanopsis</i><br>(Pelzeln, 1870)       |
|  | 5 - mutum-de-bico-vermelho<br>— <i>Crax blumenbachi</i><br>Spix, 1825            |
|  | 6 - mutum-de-bico-amarelo<br>— <i>Crax fasciolata pinima</i><br>Pelzeln, 1870    |
|  | 7 - mutum-cavalo<br>— <i>Mitu mitu mitu</i><br>Linnaeus, 1766                    |
|  | 8 - tê-coroa<br>— <i>Calyptrura cristata</i><br>(Vieillot, 1818)                 |
|  | 9 - choquinha<br>— <i>Myrmotherula erythronota</i><br>(Hartlaub, 1862)           |
|  | 10 - papa-taoca-da-bahia<br>— <i>Pyglaena atra</i><br>(Swainson, 1825)           |
|  | 11 - entulhado-grande<br>— <i>Miculoxys stresemanni</i><br>Sick, 1960            |
|  | 12 - saira-apunhalada<br>— <i>Nemosia rourei</i><br>Canabix, 1870                |
|  | 13 - pica-pau-de-cara-amarela<br>— <i>Dryocopus galeatus</i><br>(Temminck, 1822) |
|  | 14 - arara-cinza-azulada<br>— <i>Anodorhynchus glaucus</i><br>(Vieillot, 1816)   |
|  | 15 - ararinha-azul<br>— <i>Cyanopitta spixii</i><br>(Wagler, 1832)               |
|  | 16 - macuco-do-nordeste<br>— <i>Tamias solitarius pernambucensis</i> Berla, 1946 |

Áreas de Antropismo

- |  |  |
|--|--|
|  | 17 - cervo do pantanal<br><i>Blastocerus dichotomus</i><br>(Illiger, 1815)                 |
|  | 18 - onça-ontada<br>— <i>Panthera onca palustris</i><br>(Amagishi, 1988)                   |
|  | 19 - sagui-caratinga<br>— <i>Callithrix jacchus geoffroyi</i><br>(Humboldt, 1812)          |
|  | 20 - mico-leão-de-cara-dourada<br>— <i>Leontopithecus rosalia chrysomelas</i> (Kuhl, 1820) |
|  | 21 - mico-leão-preto<br>— <i>Leontopithecus rosalia chrysopygus</i> (Mikan, 1823)          |
|  | 22 - mico-leão-dourado<br>— <i>Leontopithecus rosalia rosalia</i> (Linnaeus, 1766)         |
|  | 23 - muriqui<br>— <i>Brachyteles arachnoides</i><br>(E. Geoffroy, 1806)                    |
|  | 24 - ouringo-preto<br>— <i>Chasmodon subpinosus</i><br>(Olfers, 1818)                      |

Fonte: IBAMA, IBGE, Universidade Fed. do Paraná e Museu Nacional.

## PARQUES E RESERVAS NACIONAIS E ESTADUAIS



O Parque Estadual de Cataguases, criado em 1932, é o mais antigo. O de Itatiaia, criado em 1937, foi o primeiro sob a égide do Governo Federal. Em termos espaciais, destacam-se o Parque Nacional do Jaú (Amazonas), com 2 272 000 ha, como o maior, e o de Ubajara (Ceará), com 563 ha, como o menor.

O tipo mais recente é a Reserva Extrativista, criado em 1990 para exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis. A Reserva mais extensa e também mais divulgada é a de Chico Mendes (Acre).

## **Terras Indígenas**

É considerada Terra Indígena, pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI -, o espaço físico que os grupos tribais ocupam e são de sua posse permanente. Entretanto, os índios não detêm a propriedade da terra, mas usufruem de tudo o que ela contém. A maior é a Terra Indígena Yanomami com 9 419 108 ha.

O número total de Terras Indígenas levantadas no País é de 509, com uma superfície ocupada de 93 055 496 ha.

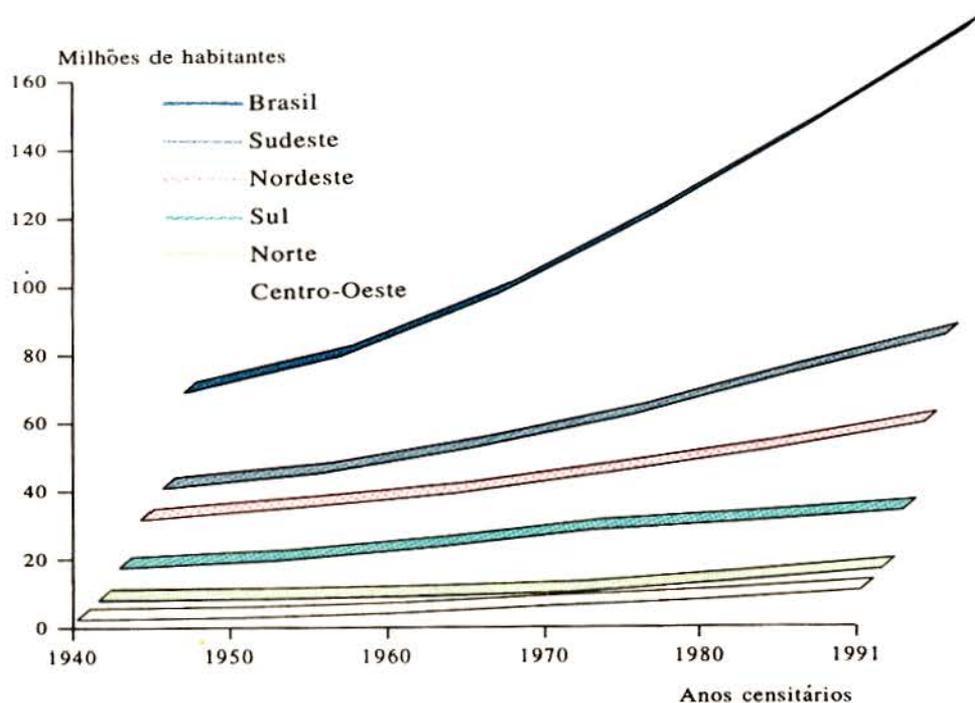
# População

O primeiro levantamento demográfico brasileiro, realizado em 1872, mostrou que havia no Império 9,9 milhões de habitantes.

Em 1940, quando o IBGE assumiu a responsabilidade de realização do Censo Demográfico, verificou-se que a população havia crescido para 41,2 milhões de habitantes. Meio século depois, os resultados preliminares do Censo de 1991 apresentam uma população de 146 milhões de habitantes.

Dentre as regiões do País, a Sudeste concentra quase 43% da população. A segunda maior concentração está no Nordeste com 29% e o Sul figura com 15%. Embora no Norte estejam apenas 7% da população e no Centro-Oeste 6,5%, estas são as duas regiões que vêm apresentando crescimento, enquanto que no Nordeste e no Sul a população vem diminuindo. O Sudeste mantém-se estável.

**População residente: Brasil e Grandes Regiões - 1940 - 1991**



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

## Área total e densidade demográfica, segundo as Grandes Regiões - 1940-1991

GRANDES REGIÕES	ÁREA TOTAL (km²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab./km²)					
		1940	1950	1960	1970	1980	1991 (1)
<b>BRASIL</b>	<b>8 511 996,3</b>	<b>4,84</b>	<b>6,10</b>	<b>8,23</b>	<b>10,94</b>	<b>13,98</b>	<b>17,26</b>
Norte	3 851 560,4	0,38	0,48	0,67	0,94	1,72	2,66
Nordeste	1 556 001,1	9,27	11,56	14,26	18,07	22,37	27,29
Sudeste	924 266,3	19,80	24,40	33,14	43,12	55,97	67,80
Sul	575 316,2	9,95	13,62	20,43	28,67	33,08	38,44
Centro-Oeste	1 604 852,3	0,78	1,08	1,83	3,16	4,24	5,87

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

(1) Resultados preliminares.

## População residente, participação relativa das Grandes Regiões no total do País e taxa média geométrica de crescimento anual, segundo as Grandes Regiões - 1980-1991

GRANDES REGIÕES	POPULAÇÃO RESIDENTE		PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS GRANDES REGIÕES NO TOTAL DO PAÍS (%)		TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%) (1)
	1980	1991 (1)	1980	1991 (1)	1980/1991
<b>BRASIL</b>	<b>119 002 706</b>	<b>146 917 459</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1,93</b>
Norte	6 619 152	10 257 266	5,56	6,98	4,06
Nordeste	34 812 356	42 470 225	29,25	28,91	1,82
Sudeste	51 734 125	62 660 700	43,48	42,65	1,76
Sul	19 031 162	22 117 026	15,99	15,05	1,38
Centro-Oeste	6 805 911	9 412 242	5,72	6,41	2,99

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

(1) Resultados preliminares.

As capitais, na década de 80, apresentaram taxas de crescimento superiores às observadas no interior dos estados, exceto algumas capitais do Norte como Porto Velho, Boa Vista, Belém e Macapá e alguns dos grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. A mesma década mostrou que prosseguiu o êxodo da população rural em direção às áreas urbanas. Em 1980, havia 38,5 milhões de pessoas residindo em área rural, mas este número declinou para 36 milhões em 1991.

**População residente, urbana e rural e taxa de urbanização,  
segundo as Grandes Regiões - 1980-1991**

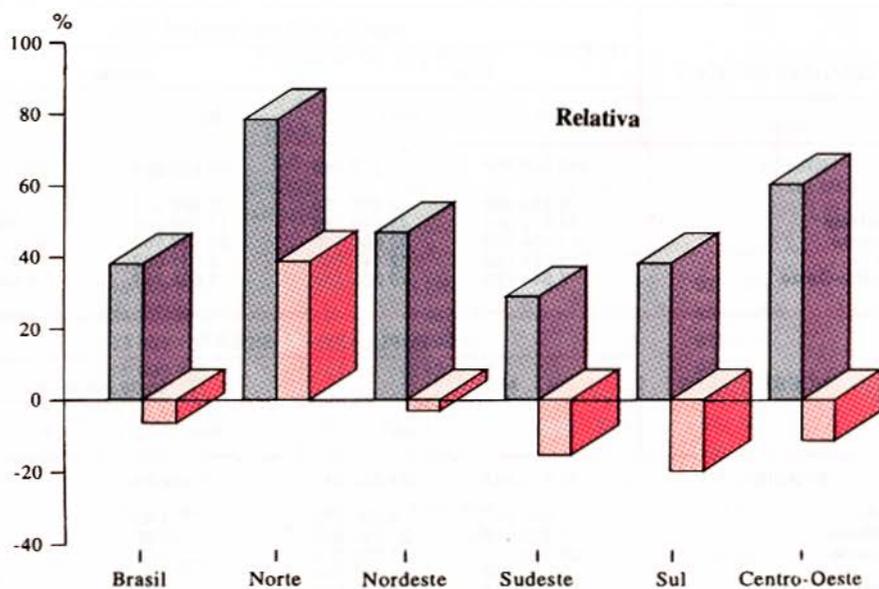
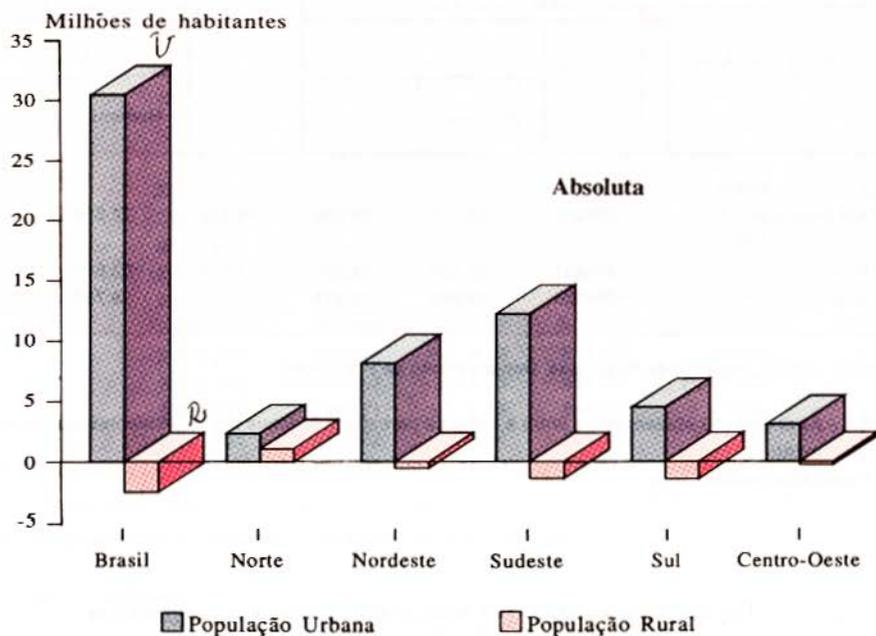
GRANDES REGIÕES	POPULAÇÃO RESIDENTE		
	1980		
	Total	Urbana	Rural
<b>BRASIL</b>	<b>119 002 706</b>	<b>80 436 409</b>	<b>38 566 297</b>
Norte	5 880 268	3 037 150	2 843 118
Nordeste	34 812 356	17 566 842	17 245 514
Sudeste	51 734 125	42 840 081	8 894 044
Sul	19 031 162	11 877 739	7 153 423
Centro-Oeste	7 544 795	5 114 597	2 430 198

GRANDES REGIÕES	POPULAÇÃO RESIDENTE			TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	
	1991 (1)				
	Total	Urbana	Rural	1980	1991 (1)
<b>BRASIL</b>	<b>146 917 459</b>	<b>110 875 826</b>	<b>36 041 633</b>	<b>67,59</b>	<b>75,47</b>
Norte	9 337 150	5 400 772	3 936 378	51,65	57,84
Nordeste	42 470 225	25 753 355	16 716 870	50,46	60,64
Sudeste	62 660 700	55 149 437	7 511 263	82,81	88,01
Sul	22 117 026	16 392 710	5 724 316	62,41	74,12
Centro-Oeste	10 332 358	8 179 552	2 152 806	67,79	79,16

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

(1) Resultados preliminares.

## Crescimento da população urbana e rural: Brasil e Grandes Regiões - 1980 - 1991



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

População residente, urbana e rural, por sexo - 1980-1991

ESPECIFICAÇÃO	EM 1 <sup>o</sup> -09-1980			EM 1 <sup>o</sup> -09-1991 (1)		
	Total	Sexo		Total	Sexo	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
População residente (1 000 pessoas)	119 003	59 123	59 879	146 918	72 536	74 381
Urbana	80 437	39 228	41 208	110 876	53 803	57 073
Rural	38 566	19 895	18 671	36 042	18 733	17 308

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

NOTA - As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Resultados preliminares.

População residente, por sexo e razão de sexos, segundo as Grandes Regiões - 1980-1991

GRANDES REGIÕES	POPULAÇÃO RESIDENTE			
	Total		Homens	
	1980	1991 (1)	1980	1991 (1)
<b>BRASIL</b>	<b>119 002 706</b>	<b>146 917 459</b>	<b>59 123 361</b>	<b>72 536 142</b>
Norte	5 880 268	9 337 150	2 889 631	4 741 891
Nordeste	34 812 356	42 470 225	17 036 909	20 768 895
Sudeste	51 734 125	62 660 700	25 729 102	30 857 400
Sul	19 031 162	22 117 026	9 531 802	10 973 632
Centro-Oeste	7 544 795	10 332 358	3 836 117	5 194 324

GRANDES REGIÕES	POPULAÇÃO RESIDENTE			
	Mulheres		Razão de sexos (%)	
	1980	1991 (1)	1980	1991 (1)
<b>BRASIL</b>	<b>59 879 345</b>	<b>74 381 317</b>	<b>98,74</b>	<b>97,52</b>
Norte	2 890 637	4 595 259	103,42	103,19
Nordeste	17 775 447	21 701 330	95,85	95,70
Sudeste	28 005 023	31 803 300	98,94	97,03
Sul	9 499 560	11 143 394	100,34	98,48
Centro-Oeste	3 708 678	5 138 034	103,44	101,10

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

(1) Resultados preliminares.

Nascimentos e óbitos registrados - 1980-90

ANOS	NASCIMENTOS			ÓBITOS		
	Registro no ano	Variação		Registro no ano	Variação	
		Absoluta	Relativa (%)		Absoluta	Relativa (%)
1980	2 769 502	73 178	2,71	809 213	14 703	1,85
1981	2 865 839	96 337	3,48	797 289	(-) 11 924	(-) 1,47
1982	2 972 992	107 153	3,74	781 320	(-) 15 969	(-) 2,00
1983	2 710 350	(-) 262 642	(-) 8,83	798 425	17 105	2,19
1984	2 559 038	(-) 151 312	(-) 5,58	833 384	34 959	4,38
1985	2 619 604	60 566	2,37	806 238	(-) 27 146	(-) 3,26
1986	2 779 253	159 649	6,09	834 927	28 689	3,56
1987	2 660 886	(-) 118 367	(-) 4,26	816 397	(-) 18 530	(-) 2,22
1988	2 809 657	148 771	5,59	844 037	27 640	3,39
1989	2 581 035	(-) 228 622	(-) 8,14	835 139	(-) 8 898	(-) 1,05
1990 (1)	2 419 927	(-) 161 108	(-) 6,24	847 639	12 500	1,50

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

(1) Resultados preliminares.

Projeção da população - 1980-91

ANOS	POPULAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO	NASCIMENTOS	TAXA BRUTA DE NATALIDADE	ÓBITOS	TAXA BRUTA DE MORTALIDADE
1980	119 002 706	1,85	3 176 530	25,69	972 462	8,15
1981	121 273 585	1,93	3 287 033	27,10	951 382	7,84
1982	123 653 106	1,96	3 398 546	27,48	975 114	7,89
1983	126 095 088	1,95	3 431 108	27,21	970 577	7,70
1984	128 572 660	1,94	3 457 784	26,89	963 170	7,49
1985	131 081 124	1,92	3 477 100	26,53	954 787	7,28
1986	133 613 545	1,90	3 488 637	26,11	946 107	7,08
1987	136 162 505	1,88	3 492 248	25,65	936 858	6,88
1988	138 747 938	1,88	3 558 894	25,65	943 417	6,80
1989	141 389 187	1,89	3 619 065	25,60	952 043	6,73
1990	144 078 666	1,88	3 672 500	25,49	960 564	6,67
1991 (1)	146 809 790	1,87	3 719 471	25,34	969 158	6,60

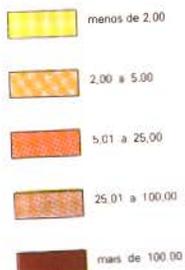
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

(1) Resultados preliminares.

DENSIDADE DA POPULAÇÃO  
1991



Hab./km<sup>2</sup>



Fonte: IBGE - Síntese Preliminar, Censo 1991.

O ritmo de crescimento da população diminuiu, o que tem relação com a queda detectada na taxa de fecundidade das mulheres brasileiras, nas últimas décadas. Isto quer dizer que vem diminuindo o número de filhos por mulher. Enquanto na década de 60/70, a taxa de fecundidade média era de seis filhos por mulher, na década de 70/80 reduziu-se para 4,5 e na década de 80/90 caiu para menos de três filhos por mulher.

Houve um envelhecimento gradual da população, pois os idosos, pessoas de 60 anos ou mais de idade, passaram de 6,4% da população em 1981 para 7,7% em 1990. Na população feminina, as idosas representaram 6,7% em 1981 e 8,2% em 1990, enquanto que, na masculina, os homens idosos figuraram com 6,2% em 1981 e 7,2% em 1990.

O Censo de 1991 apontou São Paulo como o município mais populoso, com 9,4 milhões de habitantes, seguido do Rio de Janeiro (5,3 milhões), Salvador e Belo Horizonte (ambos com cerca de 2 milhões). Entre os dez municípios com maiores populações, apenas Nova Iguaçu, que ocupava, em 1991, a nona posição, com 1,2 milhão de habitantes, antes de Porto Alegre, não era capital de estado. O município brasileiro com menor população é Bora, no Estado de São Paulo, com 732 habitantes.

# Trabalho

A população brasileira vem ingressando cada vez mais cedo no mercado de trabalho. Em 1990, o País possuía 7,5 milhões de pessoas, de 10 a 17 anos de idade, trabalhando nos diversos ramos de atividade. Neste mesmo ano, havia no País 64,5% de homens e 35,5% de mulheres economicamente ativos.

População em idade ativa, por sexo - 1990

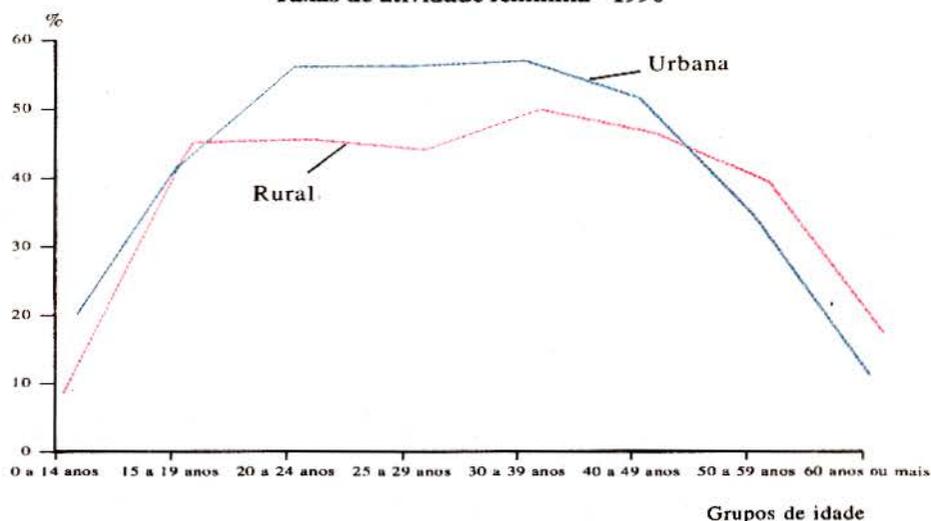
ESPECIFICAÇÃO	SEXO					
	Total		Homens		Mulheres	
	Números absolutos (1 000 pessoas)	Nú- meros rela- tivos (%)	Números absolutos (1 000 pessoas)	Nú- meros rela- tivos (%)	Números absolutos (1 000 pessoas)	Nú- meros rela- tivos (%)
População em idade ativa	113 629	100,00	55 256	100,00	58 373	100,00
Economicamente ativa	64 468	56,74	41 600	75,29	22 868	39,18
Ocupados	62 100	54,65	40 018	72,42	22 083	37,83
Empregados	40 175	35,36	25 440	46,04	14 735	25,24
Conta-própria	14 092	12,40	9 528	17,24	4 564	7,82
Empregador	2 853	2,51	2 398	4,34	455	0,78
Não-remunerados	4 980	4,38	2 651	4,80	2 329	3,99
Sem declaração	0	0,00	0	0,00	-	-
Desocupados	2 367	2,08	1 582	2,86	785	1,34
Não-economicamente ativa	49 161	43,26	13 656	24,71	35 505	60,82

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

NOTAS - 1. Considerou-se como em idade ativa as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

2. As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados.

### Taxas de atividade feminina - 1990



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

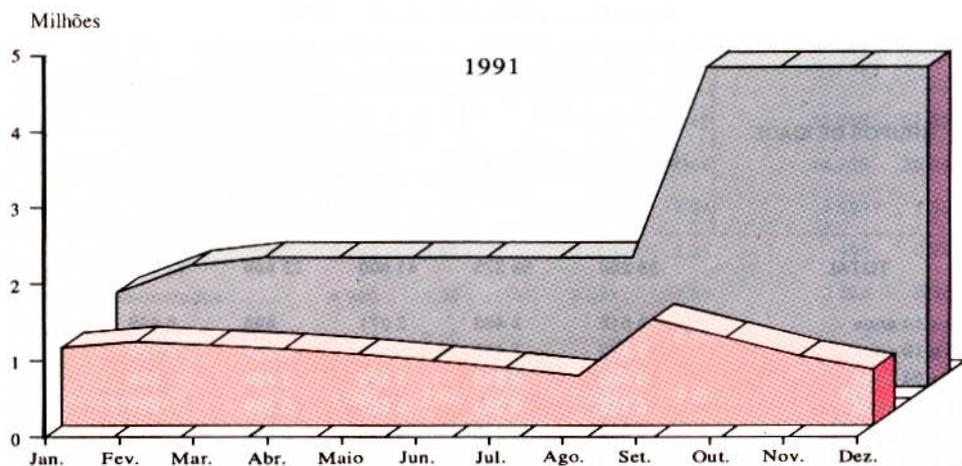
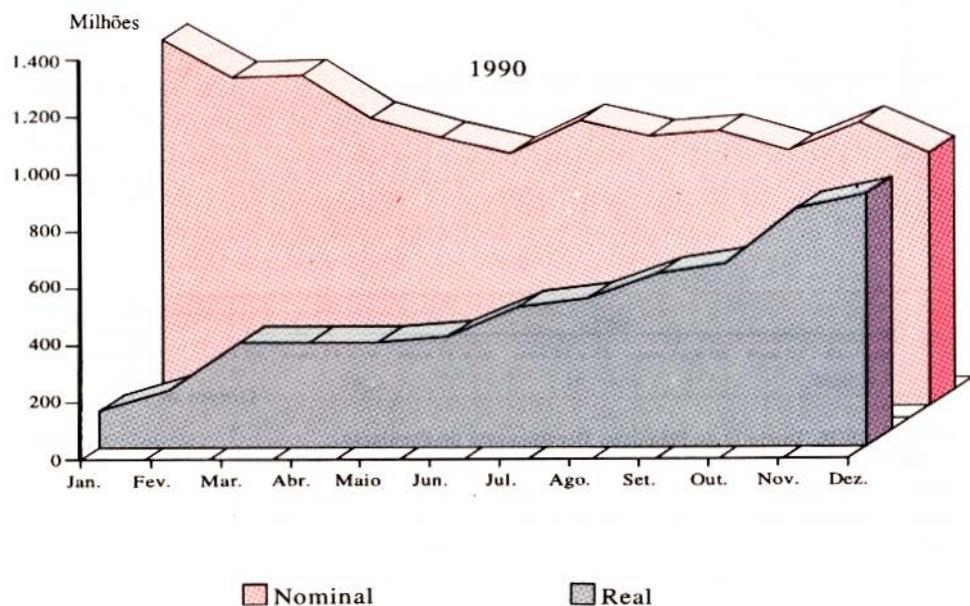
### Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade e sexo, segundo os grupos de idade - 1990

GRUPOS DE IDADE	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE (1 000 pessoas)					
	Homens	Mulheres	Economicamente ativas		Não-economicamente ativas	
			Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>TOTAL</b>	<b>55 256</b>	<b>58 373</b>	<b>41 600</b>	<b>22 868</b>	<b>13 656</b>	<b>35 505</b>
10 a 14 anos	8 518	8 463	2 071	898	6 446	7 565
15 a 19 anos	7 510	7 405	5 389	3 067	2 120	4 338
20 a 24 anos	6 440	6 610	5 934	3 494	506	3 116
25 a 29 anos	5 752	6 330	5 531	3 339	221	2 991
30 a 39 anos	9 959	10 720	9 645	5 859	313	4 861
40 a 49 anos	6 991	7 458	6 604	3 692	387	3 766
50 a 59 anos	4 909	5 236	4 042	1 808	868	3 427
60 anos ou mais	5 177	6 149	2 383	710	2 794	5 439

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

NOTA - As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados.

## Evolução do salário mínimo: valor real e nominal - 1990 - 91



FONTE - Diário Oficial da União.

**Indicadores de condição de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade,  
por Grandes Regiões - 1990**

ESPECIFICAÇÃO	INDICADORES DE CONDIÇÃO DE ATIVIDADE DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte (2)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro- Oeste (3)
<b>Taxa de desocupação (%)</b>						
Total	3,7	3,7	3,3	4,2	3,0	2,9
Homens	3,8	4,2	3,6	4,3	3,1	2,8
Mulheres	3,4	2,8	2,9	4,1	2,7	3,2
<b>Taxa de atividade (%)</b>						
Total	56,7	52,8	54,5	56,5	61,6	58,0
Homens	75,3	69,7	73,9	74,5	79,8	78,4
Mulheres	39,2	37,1	36,3	39,6	43,9	38,1
<b>Pessoas economicamente ati- vas (%)</b>						
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Homens	64,5	63,6	65,6	63,8	63,9	66,8
Mulheres	35,5	36,4	34,4	36,2	36,1	33,2
<b>Razão de dependência em relação às pessoas econo- micamente ativas (%)</b>	1,3	1,5	1,5	1,2	1,1	1,3

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

(1) Exclusive os dados da população da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusive os dados do Tocantins e da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (3) Inclusive os dados do Tocantins.

Mais da metade da população trabalha em empreendimentos de pequeno porte, isto é, aqueles que ocupam de uma a dez pessoas, incluindo-se, na zona rural, sítios, fazendas e granjas, e, na zona urbana, lojas, escritórios e oficinas.

No ramo de prestação de serviços, 86,8% das pessoas trabalham em empreendimentos de pequeno porte. Nesses empreendimentos é comum as relações informais de emprego. É elevado o número de pessoas trabalhando sem carteira de trabalho assinada.

A participação das pessoas ocupadas no ramo agrícola vem diminuindo ao longo dos anos. Este ramo, que em 1981 envolvia 29,3% das pessoas ocupadas, restringiu-se a 22,8% em 1990. Cerca de 80% dos trabalhadores não remunerados exercem suas atividades no ramo agrícola.

**Pessoas ocupadas e empregados no trabalho principal, por sexo,  
segundo os ramos de atividade - 1990**

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS OCUPADAS (1 000 pessoas)			EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (1 000 pessoas)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>TOTAL</b>	<b>62 100</b>	<b>40 017</b>	<b>22 083</b>	<b>40 175</b>	<b>25 440</b>	<b>14 735</b>
Agrícola	14 180	11 235	2 945	5 236	4 560	676
Indústrias de transformação	9 411	6 774	2 637	8 194	5 961	2 233
Indústria da construção	3 823	3 726	97	2 422	2 333	89
Outras atividades industriais	860	764	96	783	689	94
Comércio de mercadorias	7 976	5 060	2 916	4 378	2 826	1 552
Prestação de serviços	11 137	4 165	6 972	6 516	2 369	4 148
Serviços auxiliares da atividade econômica	2 023	1 345	678	1 292	805	487
Transporte e comunicação	2 440	2 246	194	1 793	1 606	186
Social	5 417	1 384	4 033	5 007	1 215	3 792
Administração pública	3 117	2 167	950	3 116	2 166	950
Outras atividades	1 716	1 151	565	1 438	910	528

FONTES - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

NOTA - As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados.

Em 1990, verificou-se que 35,4% da população em idade ativa, que são as pessoas de 10 anos ou mais de idade, nunca trabalharam. A taxa de desocupação, em 1990, atingiu 3,7% em consequência da forte crise econômica que atingiu o País. No entanto, esta taxa não alcançou a de 1983, ano em que a crise econômica, iniciada em 1979, atingiu o seu auge. Em 1983, a taxa de desocupação foi de 4,9% da população em idade ativa.

Em 1990, 7,5 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos trabalhavam, representando 11,6% da população ativa. Quase 40% deste contingente eram constituídos por crianças e adolescentes de 10 a 14 anos. Os 77,3% dos adolescentes trabalhadores, de 15 a 17 anos, têm jornada de 8 horas ou mais e 81% desses adolescentes recebiam, em 1990, no máximo um salário mínimo.

Do total de 62 100 499 pessoas ocupadas, 3 076 354 tinham 60 anos ou mais de idade. A faixa de idade com maior número de ocupados é a de 18 a 39 anos de idade, que concentrava, em 1990, 35 824 071 pessoas.

# Organização Sindical

A estrutura sindical vigente no País foi construída pelo Estado na década de 30, com o objetivo de conferir aos sindicatos caráter de organizações de utilidade pública, na medida em que determinava todas as regras de sua organização e funcionamento.

A pesquisa sindical mostrou que o número de sindicatos no Brasil cresceu de 9 120, em 1988, para 9 833, em 1989. De 1987 a 1989, houve um aumento de 8% no número de sindicatos no País. A Região Norte apresentou um aumento maior do que as outras regiões - 20% do total - tendo em vista transformações demográficas e econômicas ocorridas em Rondônia e Roraima e a criação do Estado do Tocantins. Tanto nas entidades patronais, quanto nas entidades de trabalhadores, predominam as vinculadas às confederações da agricultura seguidas das vinculadas às confederações da indústria.

Sindicatos, por Grandes Regiões e associados,  
segundo o tipo de sindicato - 1989

TIPO DE SINDICATO	SINDICATOS						ASSOCIADOS (1)
	Brasil	Grandes Regiões					
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
<b>TOTAL</b>	<b>9 833</b>	<b>527</b>	<b>2 663</b>	<b>3 370</b>	<b>2 522</b>	<b>751</b>	<b>7 437 251</b>
<b>Urbano</b>	<b>5 354</b>	<b>301</b>	<b>1 093</b>	<b>2 122</b>	<b>1 439</b>	<b>399</b>	<b>5 221 538</b>
Empregadores	1 532	71	317	624	403	117	207 154
Agentes autônomos	277	25	52	105	76	19	167 518
Empregados	3 108	182	591	1 253	868	214	4 589 593
Profissionais liberais	359	20	91	119	84	45	235 856
Trabalhadores autônomos	78	3	42	21	8	4	21 417
<b>Rural</b>	<b>4 479</b>	<b>226</b>	<b>1 570</b>	<b>1 248</b>	<b>1 083</b>	<b>352</b>	<b>2 215 713</b>
Empregadores	1 627	73	386	643	381	144	348 380
Trabalhadores	2 852	153	1 184	605	702	208	1 867 333

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

(1) Exclusive sem declaração do número de associados.

Das 61 047 954 pessoas economicamente ativas, em 1988, somente 28% eram sindicalizadas.

O conjunto de sindicatos de empregados urbanos, profissionais liberais, trabalhadores autônomos e trabalhadores rurais, aumentou 12% de 1988 para 1989. Do total de 6 397 entidades, 21% declararam-se filiadas a centrais sindicais: CUT - Central Única dos Trabalhadores (73%); CGT - Central Geral dos Trabalhadores (23%); e USI - União Sindical Independente (4%).

Aumentou para 9% a participação de mulheres nas diretorias dos sindicatos. No entanto, eleva-se a 60% o percentual dos sindicatos onde não há uma única mulher nas diretorias.

### Sindicatos de empregados, segundo os principais grupos profissionais - 1989

GRUPOS PROFISSIONAIS	SINDICATOS DE EMPREGADOS	GRUPOS PROFISSIONAIS	SINDICATOS DE EMPREGADOS
<b>TOTAL</b>	<b>6 031</b>	Empregados em estabelecimentos de serviços de saúde	108
Trabalhadores na indústria		Trabalhadores em transportes marítimos e fluviais	47
De alimentação	236	Estivadores	42
Do vestuário	104	Portuários	73
Da construção e mobiliário	320	Trabalhadores em transportes rodoviários	129
Urbana	68	Trabalhadores em empresas de comunicações	40
Extrativa	98	Trabalhadores em empresas de publicidade	34
De fiação e tecelagem	127	Trabalhadores em empresas jornalísticas	34
De artefatos de couro e plástico	30	Empregados em estabelecimentos bancários	180
Química e farmacêutica	99	Trabalhadores em estabelecimentos de ensino	101
Do papel, papelão e cortiça	52	Trabalhadores de empresas de difusão cultural e artística	69
Gráfica	59	Trabalhadores na agricultura	2 852
Metalúrgica, mecânica e de material elétrico	197	Servidores públicos (exclusive professores)	137
Outros	55	Outros	93
Empregados no comércio	290		
Empregados de agentes autônomos do comércio	89		
Trabalhadores no comércio armazenador	127		
Empregados em turismo e hospitalidade	141		

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

NOTA - Foram selecionados os grupos profissionais com um número superior a 29 sindicatos.

Diminuiu, de 49% em 1988 para 46% em 1989, a participação dos sindicatos rurais em relação ao total das organizações sindicais. Dos sindicatos rurais existentes, 57% eram presididos por pequenos proprietários.

Das negociações coletivas realizadas em 1988, 68% foram por iniciativa de sindicatos de empregados urbanos, 3% por sindicatos de profissionais liberais e 29% de trabalhadores rurais.

# Previdência Social

A Previdência Social concedeu no ano 1991 mais de 2 milhões de benefícios aos seus segurados. 80% desses benefícios foram destinados à clientela urbana. Os 20% restantes ficaram com a clientela rural.

O Governo vem realizando, através da Previdência Social, um programa de reabilitação profissional urbana com objetivo de reintegrar os segurados à condição de trabalho. Em 1990, foram atendidos 7 691 beneficiários. A Região Sudeste concentrou 52% desses clientes e as Regiões Norte e Centro-Oeste registraram 3% cada uma.

Devido aos cursos sobre segurança do trabalho, ministrados pelas empresas públicas e particulares, o número de acidentes de trabalho tem diminuído a cada ano. Em 1990, foram registrados cerca de 690 mil casos e em 1991 esse número caiu para 640 mil.

Benefícios concedidos pelo INSS, por tipo de clientela - 1987-91

ANOS	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		
	Total	Tipo de clientela	
		Urbana (1)	Rural
1987	3 194 187	2 735 657	458 530
1988	2 971 662	2 447 861	523 801
1989 (2)	2 821 359	2 335 625	485 734
1990 (2)	2 268 823	1 762 343	506 480
1991 (2)	2 114 152	1 692 217	421 935

FONTE - Ministério do Trabalho e Previdência Social, Instituto Nacional do Seguro Social, Divisão de Seguro Social.

(1) Inclusive funcionário federal. (2) Dados sujeitos a retificação.

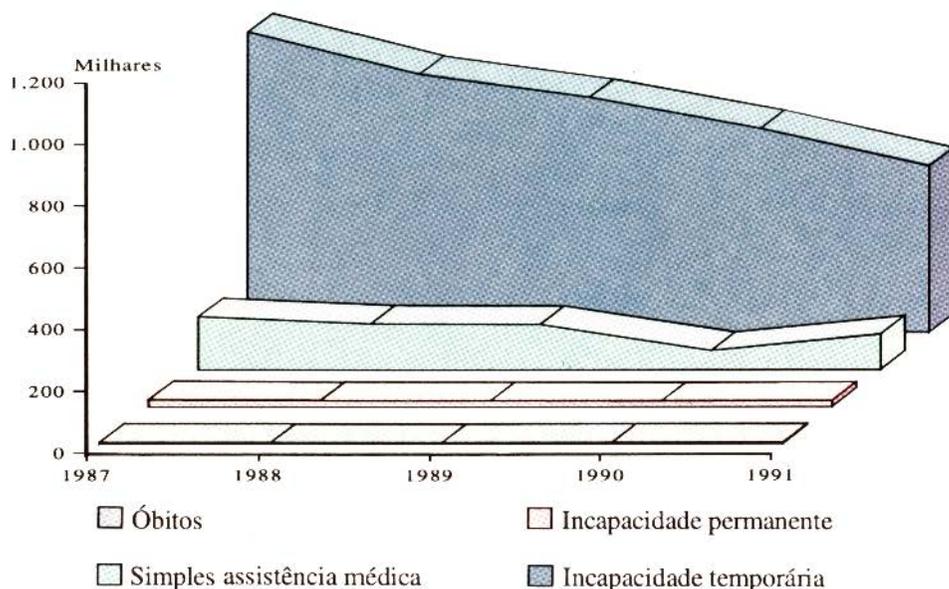
**Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por contribuição para instituto de previdência, segundo os grupos de idade - 1990**

GRUPOS DE IDADE	PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS			
	Total	Contribuição para instituto de previdência		
		Contribuinte	Não-contribuinte	Sem declaração
<b>TOTAL</b>	<b>62 100 499</b>	<b>31 101 186</b>	<b>30 996 594</b>	<b>2 719</b>
10 a 14 anos	2 873 523	111 153	2 762 098	272
15 a 19 anos	7 851 536	2 350 161	5 501 375	-
20 a 24 anos	8 825 201	4 746 991	4 077 637	573
25 a 29 anos	8 479 062	5 031 436	3 447 150	476
30 a 39 anos	15 094 094	9 193 565	5 900 529	-
40 a 49 anos	10 128 866	5 850 989	4 277 605	272
50 a 59 anos	5 771 624	2 877 214	2 893 284	1 126
60 anos ou mais	3 076 354	939 438	2 136 916	-
Idade ignorada	239	239	-	-

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

NOTA - Excluídas as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

**Acidentes de trabalho liquidados, pelo INSS, da clientela urbana: conseqüências - 1987 - 91**



FONTE - Ministério do Trabalho e Previdência Social, Instituto Nacional de Seguridade Social.

## Acidentes de trabalho registrados, da clientela urbana do INSS - 1987-91

ANOS	ACIDENTES DE TRABALHO REGISTRADOS			
	Total	Caracterização do acidente		
		Típico	Doença profissional	No trajeto
1987	1 137 124	1 065 912	6 382	64 830
1988	992 737	927 424	5 029	60 284
1989	888 443	825 081	4 838	58 524
1990 (1)	693 572	632 012	5 217	56 343
1991	640 520	587 560	6 281	46 679

FONTE - Ministério do Trabalho e Previdência Social, Instituto Nacional do Seguro Social, Divisão de Planejamento e Estudos Socioeconômicos.

NOTA - Dados sujeitos a retificação.

(1) Exclusive os dados de setembro a dezembro, do Estado do Pará.

# Habitação e Saneamento Básico

## Habitação

No Brasil, o tipo de habitação predominante é a casa que, em 1990, constituía 83,1% dos domicílios, enquanto que os quartos ou cômodos somavam, neste mesmo ano, 1,4%. A proporção dos apartamentos, no entanto, vem crescendo nesta última década, alcançando 10,1%, o que indica maior concentração da população em grandes centros urbanos, onde este tipo de habitação é mais comum.

Houve, ainda, na última década, um crescimento do número de habitações próprias (quitadas e em aquisição), que passou de 62,4% para 67%. Em contrapartida, as habitações alugadas tiveram um sensível decréscimo de 22,8% para 17,7%.

Domicílios particulares permanentes ocupados,  
urbanos e rurais - 1940-1991

ANOS	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS	
	Urbanos	Rurais
14-09-1940	2 509 639	5 388 130
11-07-1950	3 730 368	6 315 831
14-08-1960	6 350 126	7 147 697
12-09-1970	10 276 340	7 352 359
14-09-1980	17 770 981	7 439 858
14-09-1991 (1) (2)	27 250 878	7 663 935

FONTES - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de População.

(1) Inclusive os domicílios improvisados. (2) Resultados preliminares.

**Domicílios particulares permanentes e moradores em domicílios particulares permanentes, segundo algumas características dos domicílios - 1990**

CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES	MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES	CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES	MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES
<b>TOTAL</b>	<b>35 578 857</b>	<b>147 057 930</b>	<b>Iluminação elétrica</b>		
			Tem	31 230 800	126 681 008
			Não tem	4 346 066	20 367 674
<b>Tipo</b>			Sem declaração	1 991	9 248
Casa	29 577 090	125 277 832			
Apartamento	3 595 699	11 528 988	<b>Filtro</b>		
Rústico	1 903 659	8 860 624	Tem	20 345 732	83 613 833
Quarto ou cômodo	502 409	1 390 486	Não tem	15 228 762	63 422 549
Sem declaração	-	-	Sem declaração	4 363	21 548
<b>Condição de ocupação</b>			<b>Fogão</b>		
Próprio	23 830 498	102 049 038	Tem	34 304 706	141 810 318
Alugado	6 308 564	23 173 456	Não tem	1 272 154	5 237 818
Cedido ou outra	5 423 926	21 776 424	Sem declaração	1 997	9 794
Sem declaração	15 869	59 012	<b>Geladeira</b>		
<b>Abastecimento de água</b>			Tem	25 296 597	102 108 058
Rede geral	26 126 056	104 166 149	Não tem	10 279 753	44 938 346
Poço ou nascente	6 592 452	29 596 134	Sem declaração	2 507	11 526
Outra forma	2 858 516	13 284 792	<b>Rádio</b>		
Sem declaração	1 833	10 855	Tem	29 993 272	123 896 828
<b>Destino do lixo</b>			Não tem	5 582 311	23 145 676
Coletado	22 943 022	89 711 911	Sem declaração	3 274	15 426
Queimado ou enterrado	5 002 093	22 144 766	<b>Televisão</b>		
Coletado em terreno baldio ou outro	7 630 902	35 192 119	Tem	26 226 212	107 131 345
Sem declaração	2 840	9 134	Não tem	9 350 377	39 915 978
			Sem declaração	2 268	10 607

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

**Distribuição dos domicílios particulares permanentes e dos moradores em domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo o tipo e a condição de ocupação - 1990**

ESPECIFICAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES			DISTRIBUIÇÃO DOS MORADORES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES		
	Total (1)	Situação do domicílio		Total (1)	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural (2)		Urbana	Rural (2)
<b>Números absolutos (1 000)</b>	<b>35 579</b>	<b>27 280</b>	<b>8 299</b>	<b>147 058</b>	<b>108 922</b>	<b>38 136</b>
<b>Números relativos (%)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Tipo</b>						
Casa	83,1	82,9	83,9	85,2	85,8	83,6
Apartamento	10,1	12,9	0,8	7,8	10,3	0,7
Rústico	5,4	2,5	14,9	6,0	2,7	15,4
Quarto ou cômodo	1,4	1,7	0,4	1,0	1,2	0,3
Sem declaração	-	-	-	-	-	-
<b>Condição de ocupação</b>						
Próprias	67,0	66,9	67,3	69,4	69,6	68,8
Pagos	59,8	58,4	64,4	62,3	61,0	66,0
Em aquisição	7,2	8,5	2,9	7,1	8,6	2,8
Alugados	17,7	22,1	3,4	15,8	20,2	3,1
Cedidos	14,8	10,4	29,1	14,3	9,5	27,9
Outra	0,5	0,6	0,2	0,5	0,6	0,2
Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

(1) Exclusive os dados da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusive os dados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

## Saneamento Básico

Os principais itens para o saneamento básico de uma comunidade são o esgotamento sanitário, a coleta de lixo, a limpeza pública e o abastecimento de água. A deficiência desse saneamento favorece a contaminação dos alimentos e, com isso, aumenta o risco de doenças infecciosas.

O ano de 1990 teve uma nítida melhoria nas condições de abastecimento de água e coleta de lixo residencial. Os domicílios que tinham lixo coletado somavam 64,5%; os que possuíam rede geral de abastecimento de água, 73,4%; e os domicílios servidos de canalização interna para água proveniente de rede geral de abastecimento, 66,4%.

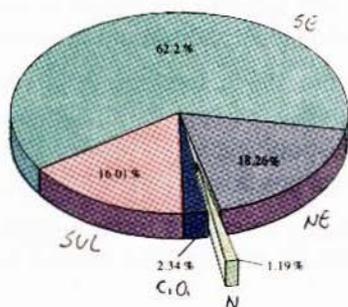
Ligações de água e esgoto, economias abastecida e esgotada e extensões das redes distribuidora e coletora, segundo as Grandes Regiões - 1989

GRANDES REGIÕES	LIGAÇÕES		ECONOMIAS		EXTENSÕES DAS REDES (km)	
	De água	De esgoto	Abastecida	Egotada	Distribuidora	Coletora
<b>BRASIL</b>	<b>19 679 927</b>	<b>9 494 759</b>	<b>25 237 516</b>	<b>12 409 284</b>	<b>253 854</b>	<b>107 048</b>
Norte	800 405	55 742	894 310	65 978	9 543	706
Nordeste	4 094 126	938 047	4 636 502	776 514	39 923	8 022
Sudeste	10 445 654	7 180 461	13 986 821	9 479 296	132 709	80 005
Sul	3 179 071	980 318	4 131 419	1 434 444	53 427	13 234
Centro-Oeste	1 160 871	340 191	1 588 464	653 052	18 252	5 081

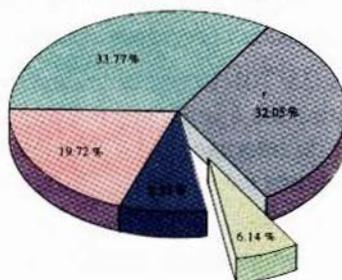
FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indicadores Sociais.

## Municípios com serviços de saneamento básico - 1989

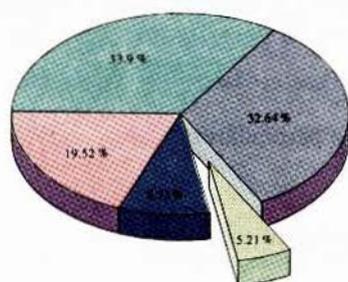
Rede coletora de lixo



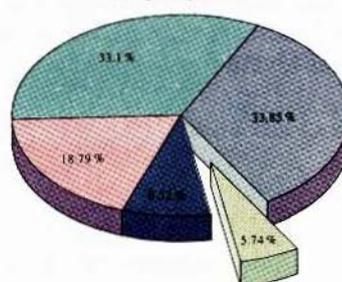
Rede distribuidora de água



Coleta de lixo



Limpeza pública



■ Norte

■ Nordeste

■ Sudeste

■ Sul

■ Centro-Oeste

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

# Saúde

Os serviços públicos de assistência médica juntamente com particulares contratados formam o Sistema Único de Saúde - SUS. Esses serviços são financiados com recursos de seguridade social e alocam verbas da União, dos estados e municípios.

Dos 35 701 estabelecimentos de saúde registrados em 1990, somente 20% são destinados à internação. A maioria dos hospitais restantes, ou seja, 80%, não dispõe de internações. Nos estabelecimentos de saúde disponíveis à internação, 28% dos leitos estão nos hospitais públicos e 72% pertencem aos hospitais particulares.

Os órgãos de saúde têm como objetivo prevenir doenças, orientar e tratar a população. Medidas de imunização e campanhas de vacinação são algumas formas de prevenir doenças.

Nos últimos anos, os órgãos de saúde vêm intensificando o combate a doenças como febre amarela, malária, dengue, paralisia infantil, sarampo, tétano, tuberculose, cólera e AIDS, entre outras.

Diversos estudos têm demonstrado uma tendência de queda da mortalidade infantil, nas últimas décadas, no Brasil. A maior incidência desse decréscimo está nas regiões mais desenvolvidas e na área urbana. No entanto, a diarreia ainda é a principal causa da mortalidade infantil em algumas regiões do País. As infecções diarreicas levam à desidratação.

Estabelecimentos de saúde, públicos e particulares,  
segundo a classe - 1990

CLASSE	ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE	
	Públicos	Particulares
<b>TOTAL</b>	<b>23 858</b>	<b>11 843</b>
Posto de saúde	6 038	131
Centro de saúde	13 472	198
Unidade mista	657	91
Policlínica ou posto de assistência médica	2 126	6 170
Pronto-socorro	188	98
Hospital	1 377	5 155

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

**Estabelecimentos de saúde, públicos e particulares, por Grandes Regiões,  
segundo a especialização médica - 1990**

ESPECIALIZAÇÃO MÉDICA	ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE					
	Total	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>TOTAL</b>	<b>4 520</b>	<b>155</b>	<b>1 136</b>	<b>2 220</b>	<b>817</b>	<b>192</b>
Cardiologia	164	6	37	89	19	13
Ginecologia	115	7	34	57	14	3
Neurologia	79	5	18	42	9	5
Obstetrícia	364	23	244	69	15	13
Odontologia	1 624	22	336	729	495	42
Oftalmologia	177	10	46	87	24	10
Oncologia	72	3	17	41	9	2
Pediatria	461	21	119	235	58	28
Psiquiatria	479	7	92	298	55	27
Traumato-ortopedia	347	13	80	177	56	21
Outras	638	38	113	396	63	28

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

NOTA - Foram selecionadas as especializações médicas que contavam com um número superior a 70 estabelecimentos.

**Consultas nos estabelecimentos de saúde, públicos e particulares, com  
atendimento a pacientes externos, segundo a espécie - 1990**

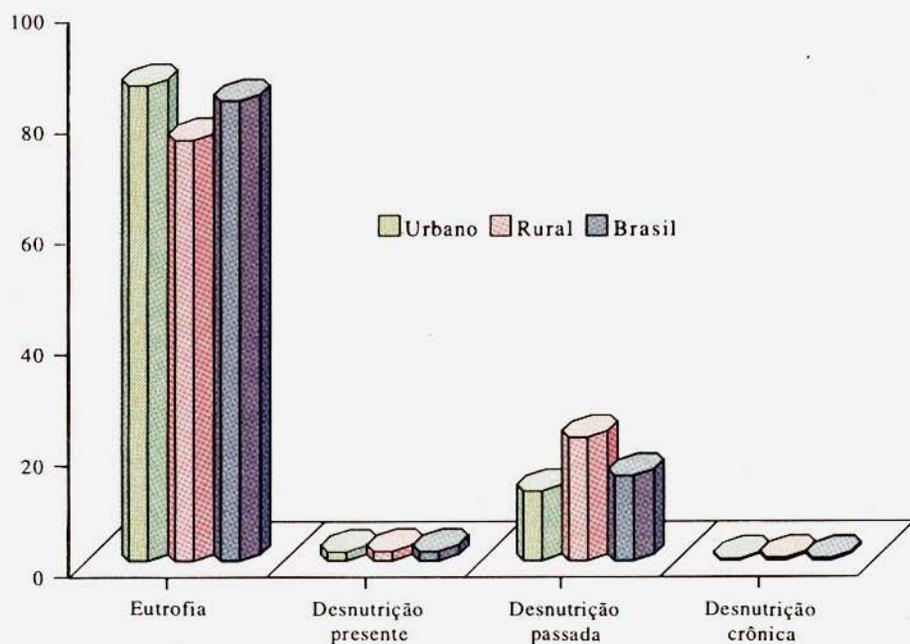
ESPÉCIE	CONSULTAS NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE		
	Total	Públicos	Particulares
<b>TOTAL</b>	<b>803 590 385</b>	<b>560 258 516</b>	<b>243 331 869</b>
Médica (1)	308 868 802	164 081 001	144 787 801
Odontológica	60 835 117	37 225 672	23 609 445
Atendimento elementar	361 922 599	324 429 793	37 492 806
Emergência/urgência	71 963 867	34 522 050	37 441 817

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

(1) Consultas nas clínicas básicas e especializadas.

No Brasil, órgãos de saúde têm-se engajado em campanhas e programas de orientação às mães quanto ao uso dos sais de reidratação oral e do soro caseiro, para que elas possam prevenir a desidratação em seus filhos.

### Estado nutricional dos menores de 5 anos - 1989



FONTE - IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição - PNSN.

# Ensino e Cultura

## Ensino

A organização do ensino no País abrange três sistemas básicos: regular, supletivo e especial.

O ensino regular compreende a educação pré-escolar, os ensinos de 1º e 2º graus, de graduação (3º grau) e pós-graduação.

O ensino supletivo tem uma gama de cursos com características próprias. Alguns têm a finalidade de suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não concluíram seus cursos na idade apropriada. Há também cursos de aperfeiçoamento ou atualização para os que concluíram o ensino regular há algum tempo e desejam se reciclar, cursos de aprendizagem e qualificação profissional, ministrados como complementação da escolarização regular, e os cursos profissionalizantes, que têm por objetivo a formação de mão-de-obra.

O ensino especial, voltado para os deficientes e superdotados, tem por objetivo oferecer educação geral e, quando possível, formação profissional adequada. Atualmente ele atende a 88 mil alunos em cerca de 1 200 estabelecimentos especializados.

São consideradas alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples. Aquelas que sabem apenas escrever o próprio nome são consideradas analfabetas.

De 1981 a 1990 a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade residentes em área urbana passou de 15,4% para 12,1%, enquanto que na área rural a mudança foi de 40,8% para 34,9%. Para o total dessa população, a queda foi de 22,3%, em 1981, para 17,8%, em 1990.

O nível socioeconômico da família e a localização da residência são fatores de grande influência nas condições de escolaridade das crianças brasileiras. Os 97% das crianças de 7 a 14 anos que pertencem a famílias com mais de dois salários mínimos *per capita* freqüentam a escola. Nas famílias em que esta renda só atinge meio salário, apenas 74,5% das crianças freqüentam a escola.

Na área urbana o nível de escolarização para as crianças de 10 a 14 anos atinge 90%, enquanto que na área rural atinge 70%.

As crianças que habitam as áreas rurais sofrem com a falta de escolas, principalmente das que ofereçam aulas além da 4ª série do primeiro grau. Muitas dessas crianças são incorporadas precocemente às tarefas agrícolas, sendo obrigadas a abandonar a escola.

**Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por condição de alfabetização e sexo - 1986-90**

ANOS	PESSOAS DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE ( 1 000 pessoas)				
	Total (1)	Condição de alfabetização			
		Alfabetizadas		Não-alfabetizadas	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1986	118 779	43 452	44 923	14 827	15 575
1987	121 961	44 261	46 280	15 413	16 004
1988	125 015	45 819	48 484	15 205	15 497
1989	128 091	47 411	50 015	15 177	15 480
1990	131 317	48 926	51 796	15 318	15 276

FONTES - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

NOTAS - 1. As diferenças apresentadas no total são provenientes de arredondamento de dados.

2. Excluídas as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de alfabetização.

De 1981 a 1990, a proporção de pessoas que completaram de quatro a sete anos de estudo aumentou de 32% para 33,9% e o percentual dos indivíduos que concluíram pelo menos oito anos de estudo acusou o crescimento marcante de 18,3% para 25%. No entanto, é de 41% a proporção de pessoas com nível de instrução inferior à metade do 1º grau.

A frequência às creches e pré-escolas muito contribuiu para o desenvolvimento e a educação futura da criança, principalmente daquelas oriundas de populações carentes. Em 1989, o País atendia, com creches e pré-escolas, a 5% das crianças na primeira infância e pouco mais de 32% das crianças de 4 a 6 anos.

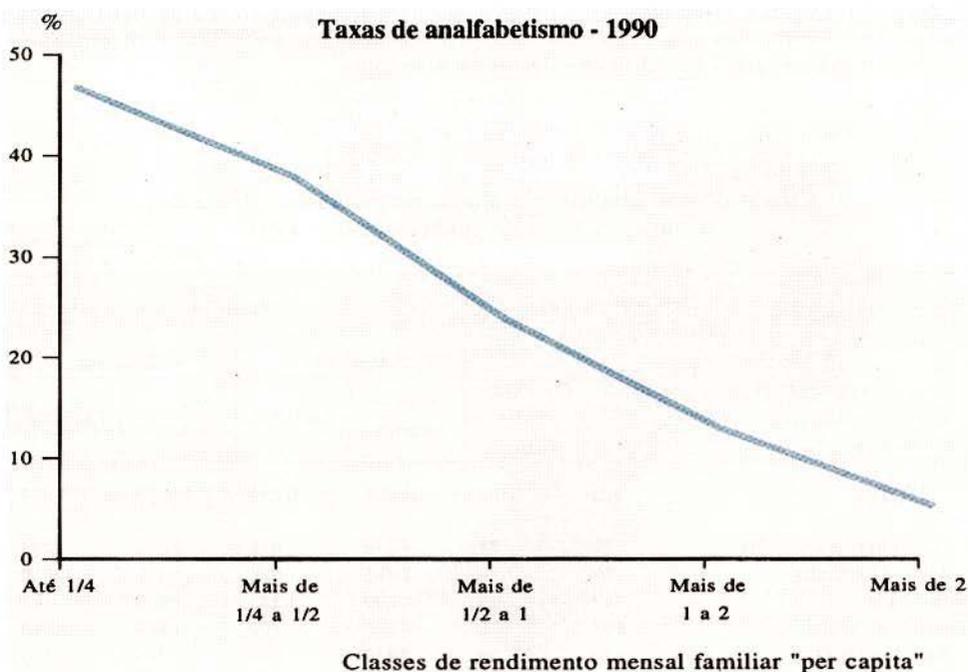
Embora haja menos estudantes nas instituições públicas de nível superior, estas instituições têm um maior número de professores. Entre estes, 18,4% têm doutorado, 25,6% mestrado, 56% graduação e muitas vezes também especialização. No ensino superior privado, 4,9% dos professores têm doutorado, 15,4% mestrado e 79,4%, graduação e/ou especialização.

**Taxas de escolaridade das pessoas de 7 a 24 anos de idade, por séries concluídas, segundo os grupos de idade - 1990**

GRUPOS DE IDADE	TAXAS DE ESCOLARIDADE DAS PESSOAS DE 7 A 24 ANOS DE IDADE, POR SÉRIES CONCLUÍDAS						
	Nenhuma série	1ª a 3ª séries	4ª série	5ª a 7ª séries	8ª série	9ª a 11ª séries	12ª ou mais séries
<b>TOTAL</b>	<b>19,0</b>	<b>30,4</b>	<b>12,8</b>	<b>19,2</b>	<b>5,6</b>	<b>9,3</b>	<b>1,8</b>
7 a 9 anos	50,9	39,0	0,1	-	-	0,0	0,0
10 a 14 anos	15,2	48,0	17,4	19,0	0,4	0,1	-
15 a 19 anos	8,4	18,1	15,6	32,5	10,8	14,0	0,6
20 a 24 anos	8,8	13,8	14,4	20,8	11,2	23,9	6,9

FONTES - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

NOTA - Excluídas as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



FONTES - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

**Estabelecimentos de ensino, professores e matrículas efetuadas,  
segundo o grau e dependência administrativa - 1989**

GRAU E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		ESTABELECEMENTOS DE ENSINO	PROFESSORES	MATRÍCULAS EFETUADAS
Pré-escolar	Pública	40 160	(1) ...	2 355 151
	Particular	11 397	(1) ...	1 040 923
1º grau	Pública	6 963	1 040 384	24 114 558
	Particular	3 794	160 650	3 442 984
2º grau	Pública	3 028	158 811	2 421 390
	Particular	1 827	77 270	1 056 469
3º grau	Pública (2)	222	(3) (4) 79 946	(5) 578 625
	Particular (2)	696	(3) (4) 65 639	(5) 961 455

FORNTE - Ministério da Educação, Secretaria Geral, Secretaria de Planejamento.

NOTA - O mesmo professor pode exercer mais de uma função docente.

(1) Os dados fornecidos não discriminam o total de professores por dependência administrativa e sim, o total geral de 147 087 professores. (2) Dados de 1990. (3) Funções docentes em 30 de abril. (4) Inclusive os docentes de pós-graduação. (5) Matrículas efetuadas em 30 de abril.

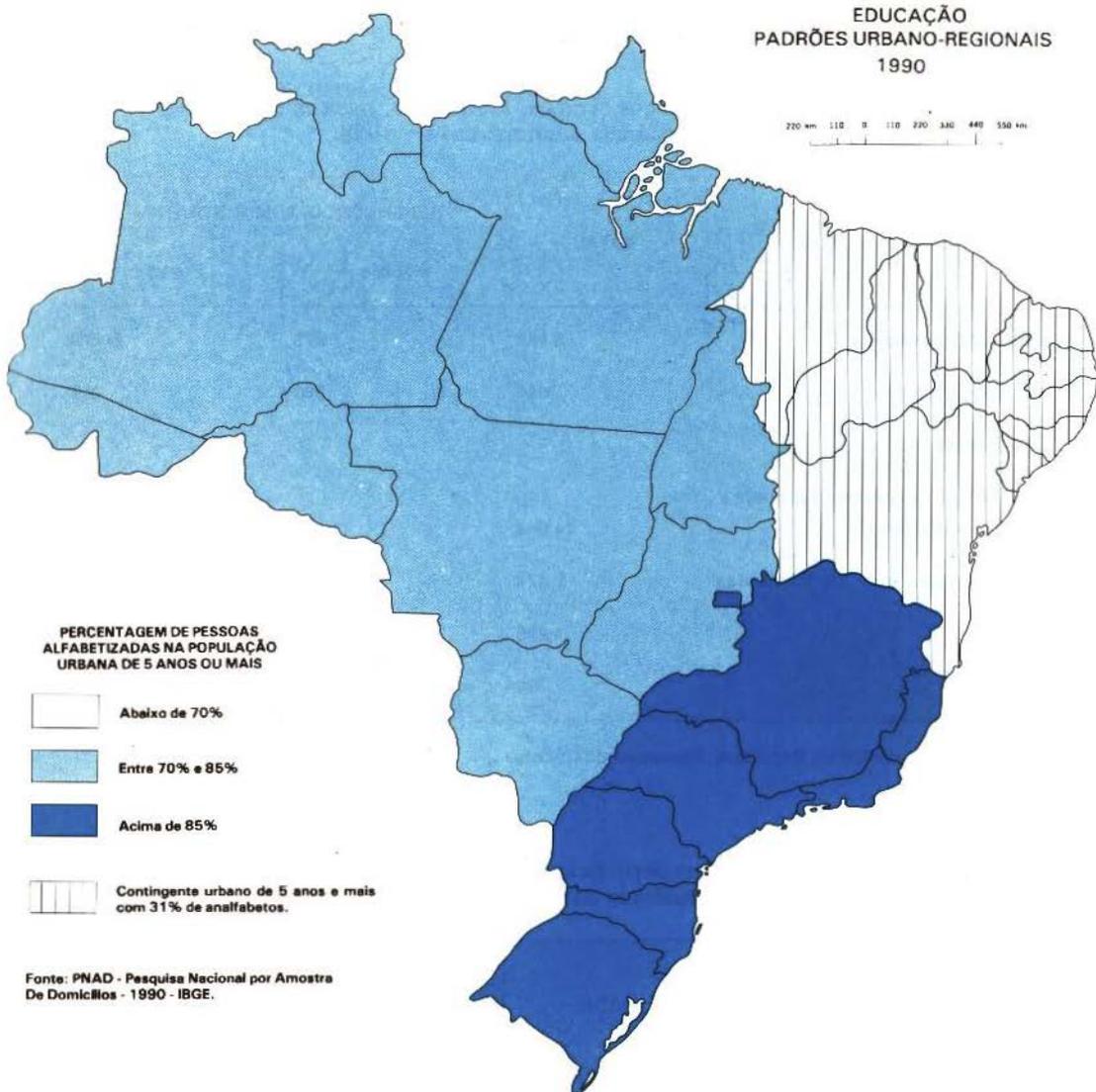
**Cursos de pós-graduação e alunos matriculados e titulados,  
segundo as áreas do conhecimento - 1991**

ÁREAS DO CONHECIMENTO	CURSOS		ALUNOS			
	Mestrado	Doutorado	Mestrado		Doutorado	
			Matri- culados	Titulados	Matri- culados	Titulados
<b>TOTAL</b>	<b>973</b>	<b>465</b>	<b>39 401</b>	<b>6 521</b>	<b>12 652</b>	<b>1 415</b>
Ciências exatas e da terra	130	71	4 346	979	2 048	231
Ciências biológicas	105	56	2 785	628	1 678	219
Engenharia	97	51	6 300	1 143	1 903	168
Ciências da saúde	227	142	4 966	769	1 869	296
Ciências agrárias	119	39	3 410	895	785	118
Ciências sociais e aplicadas	97	28	6 932	695	1 589	117
Ciências humanas	143	48	7 686	1 080	1 817	187
Linguística, letras e artes	55	30	2 976	332	963	79

FORNTE - Ministério da Educação, Secretaria Nacional de Ensino Superior, Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior.

## EDUCAÇÃO PADRÕES URBANO-REGIONAIS 1990

220 km 110 0 110 220 330 440 550 km



## Cultura

As bibliotecas são um importante fator na formação cultural de um país. Em 1988, havia 14 948 bibliotecas públicas, incluindo-se as escolares, especiais e infanto-juvenis, e 2 474 bibliotecas especializadas e universitárias.

O Brasil tinha, em 1988, 3 737 cinemas e salas de vídeo, número muito reduzido tendo em vista a importância desses meios de comunicação na disseminação da cultura e como instrumento de lazer.

### Instituições culturais, espaços cênicos, bibliotecas, museus e arquivos, por dependência administrativa - 1988

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	
		Pública	Privada
Instituições culturais	3 164	675	2 489
Espaços cênicos	685	368	317
<b>Bibliotecas</b>			
Públicas, escolares, especiais e infanto-juvenis	14 948	11 566	3 382
Universitárias e especializadas	2 474	1 472	1 002
Museus	1 225	851	374
Arquivos	720	88	632

FONTE - Presidência da República, Secretaria da Cultura.

### Publicações periódicas e edição de livros, por dependência administrativa - 1988

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	
		Pública	Particular
Publicações periódicas	5 139	1 142	3 997
Edição de livros	1 175	340	835

FONTE - Presidência da República, Secretaria da Cultura.

## Emissoras de rádio e televisão, por dependência administrativa - 1988

EMISSORAS	TOTAL	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	
		Pública	Privada
De rádio	2 033	62	1 971
De televisão	183	16	167

FONTE - Presidência da República, Secretaria da Cultura.

# Participação Política

Todo brasileiro tem direito a votar em eleições e plebiscitos, assim como se engajar em movimentos populares, organizar e participar de partido político.

O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos e facultativo para os analfabetos, pessoas acima de 70 anos e entre 16 e 18 anos. Não podem ser alistados os estrangeiros e os que estejam cumprindo serviço militar.

Outros direitos são adquiridos em etapas sucessivas: aos 18 anos, o cidadão pode ser eleito vereador; aos 21 anos, deputado federal, estadual ou distrital, prefeito e vice-prefeito; aos 30 anos, governador e vice-governador e aos 35 anos presidente da República, vice-presidente e senador. São inelegíveis os analfabetos e os que não possuam título de eleitor.

O número de eleitores vem crescendo a cada ano. Em 1990, o Brasil tinha cerca de 84 milhões de eleitores inscritos. Em 1992, passou para cerca de 90 milhões. Esse aumento é proveniente dos jovens de 16 a 18 anos que passaram a ter direito a voto pela Constituição de 1988.

No Estado de São Paulo está a maior concentração de eleitores do País, somando, em 1992, um total de 19 800 405 e o Estado de Roraima detém o menor número, num total de 101 722 eleitores.

Através do plebiscito realizado em abril de 1993, o povo brasileiro pôde manifestar sua escolha quanto à forma (Monarquia e República) e sistema (Parlamentarismo ou Presidencialismo) de Governo.

## Evolução do quadro de eleitores - 1986-1992

ANOS	EVOLUÇÃO DO QUADRO DE ELEITORES	
	Números absolutos	Números relativos (%)
1986	69 371 495	-
1988	75 813 519	9,28
1989	82 074 718	8,25
1990	83 817 593	2,12
1992	90 222 835	7,64

FONTE - Tribunal Superior Eleitoral.

Eleitores de 16 anos e mais de idade, por sexo, segundo a idade - 1992

IDADE	ELEITORES DE 16 ANOS E MAIS DE IDADE		
	Total (1)	Homens	Mulheres
16 anos	1 398 841	720 610	677 622
17 anos	1 822 639	960 203	861 948
18 anos	87 001 355	43 840 347	42 851 026

FONTE - Tribunal Superior Eleitoral.

(1) Inclusive eleitores sem declaração de sexo.

Para um total de aproximadamente 90 milhões de eleitores, 6,8 milhões votaram na Monarquia e 44,3 milhões optaram pela República. Em relação ao sistema de Governo, o Presidencialismo obteve 37,1 milhões de votos, enquanto que o Parlamentarismo contou com 16,5 milhões.

Verificou-se também que muitos eleitores não compareceram à votação. Esse número somou um total de 23,2 milhões.

# Agropecuária

## Agricultura

O Brasil é um dos grandes exportadores de alimentos do mundo. O clima diversificado do País permite a exploração econômica de uma grande variedade de culturas, principalmente de cana-de-açúcar, mandioca, milho, soja, arroz e café. Das frutas, sobressaem laranja, limão, manga, goiaba, maracujá e tangerina.

A agricultura brasileira tem mantido uma taxa anual de crescimento. O maior destaque, nos últimos anos, tem sido a cultura da cana-de-açúcar, cuja produção, em 1991, atingiu mais de 260 milhões de toneladas.

Em 1991, vários outros produtos apresentaram um aumento de produção, em relação a 1990. Entre eles o arroz, que registrou 27,80% de aumento, a batata-inglesa 8,46% na segunda safra e 29,66% na terceira, e o feijão, 25,52% na primeira safra, 19,57% na segunda e 24,13% na terceira.

**Área colhida, produção obtida, rendimento médio obtido e principal produtor, segundo os principais produtos agrícolas das lavouras permanentes - 1991**

PRINCIPAIS PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (1 000 t)	RENDIMENTO MÉDIO OBTIDO (kg/ha)	PRINCIPAL PRODUTOR	
				Unidade da Federação	Produção (1 000 t)
Banana (1)	490 285	553	1 127	Bahia	80
Cacau (em amêndoa)	666 977	320	480	Bahia	260
Café (em coco)	2 767 439	3 051	1 102	Minas Gerais	1 192
Castanha de caju	616 674	176	285	Ceará	76
Coco-da-baía (2)	227 592	849	3 731	Bahia	213
Laranja (2)	980 768	94 512	96 366	São Paulo	79 023
Maçã (2)	25 569	2 633	102 975	Santa Catarina	1 248
Pimenta-do-reino (em grão)	36 797	84	2 276	Pará	75
Sisal ou agave (em fibra seca)	300 263	234	778	Bahia	168
Uva	57 304	618	10 785	Rio Grande do Sul	396

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária.

NOTA - Foram selecionados os produtos com produção obtida superior a 80 000 toneladas.

(1) Quantidade obtida em 1 000 000 cachos e rendimento médio em cachos por hectare. (2) Quantidade obtida em 1 000 000 frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

**Área colhida, produção obtida, rendimento médio obtido e principal produtor, segundo os principais produtos agrícolas das lavouras temporárias - 1991**

PRINCIPAIS PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (1 000 t)	RENDIMENTO MÉDIO OBTIDO (kg/ha)	PRINCIPAL PRODUTOR	
				Unidade da Federação	Quantidade (1 000 t)
Algodão herbáceo (em caroço)	1 484 118	2 038	1 373	Paraná	1 024
Arroz (em casca)	4 127 284	9 496	2 301	Rio Grande do Sul	3 810
Batata-inglesa	160 953	2 265	14 072	Paraná	654
Cana-de-açúcar	4 210 937	260 839	61 943	São Paulo	136 200
Feijão (em grão)	5 442 958	2 749	505	Bahia	359
Mandioca	1 943 110	24 531	12 624	Bahia	4 244
Milho (em grão)	13 109 843	23 739	1 811	Paraná	4 827
Soja (em grão)	9 618 313	14 938	1 553	Paraná	3 531
Tomate	60 596	2 339	38 608	São Paulo	665
Trigo (em grão)	1 994 798	2 921	1 464	Paraná	1 826

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária.

NOTA - Foram selecionados os produtos com produção obtida superior a 2 000 000 toneladas.

A produção do trigo reduziu-se a 2,9 milhões de toneladas, cerca de 52% inferior à produção de 1987, que foi a melhor produção já obtida para o trigo. As causas principais para este declínio foram a redução da área plantada e o uso de tecnologia inadequada, além de problemas climáticos de estiagem e geadas que afetaram a safra.

A produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas foi quase 22% menor do que a safra recorde de 1989, que atingiu 71,8 milhões de toneladas.

## **Pecuária e Avicultura**

O Censo Agropecuário de 1985 registrou 105 094 029 ha de pastagens naturais e 74 094 402 ha de pastagens plantadas nos estabelecimentos pesquisados.

Do efetivo pecuário, o maior rebanho é o bovino, que vem apresentando crescimento nos últimos anos. Em 1988, o número de cabeças no Brasil era 139 599 106 e em 1990, atingiu 147 102 314.

Vem se verificando no País um aumento no consumo de carne de aves, em decorrência da retração no consumo de outras proteínas animais. A exportação de frangos, em 1991, apresentou bons resultados, apesar dos altos preços dos insumos que diminuem sensivelmente os lucros dos produtores.

A produção de leite em 1991 foi estimulada, tendo em vista a intenção do Governo de financiar a estocagem de parte da produção, diminuindo a importação de leite em pó.

A produção de carne suína, em 1991, cresceu em 9,1% em relação ao ano anterior.

A chamada “peste suína”, principal barreira às exportações brasileiras, foi controlada, em 1991, nos estados do Sul do País, principais produtores de carne suína, abrindo, assim, novas perspectivas de crescimento.

### Efetivo pecuário e avícola, segundo as Grandes Regiões - 1990

GRANDES REGIÕES	BOVINOS E BUBALINOS	EQÜINOS	ASININOS E MUARES	CAPRINOS E OVINOS	SUÍNOS	COELHOS	AVES
	1 000 cabeças						
<b>BRASIL</b>	<b>148 499</b>	<b>6 122</b>	<b>3 376</b>	<b>31 909</b>	<b>33 623</b>	<b>697</b>	<b>548 700</b>
Norte	14 141	482	227	494	3 750	7	26 811
Nordeste	26 365	1 740	2 127	18 375	9 692	36	102 484
Sudeste	36 437	1 776	719	767	6 085	232	172 746
Sul	25 492	1 207	157	11 721	10 637	402	218 507
Centro-Oeste	46 065	916	145	552	3 459	20	28 151

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária.

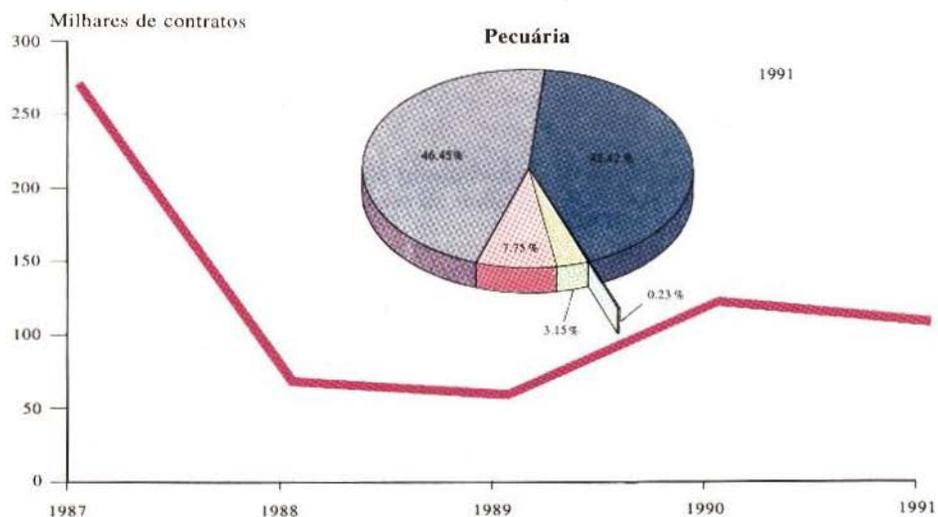
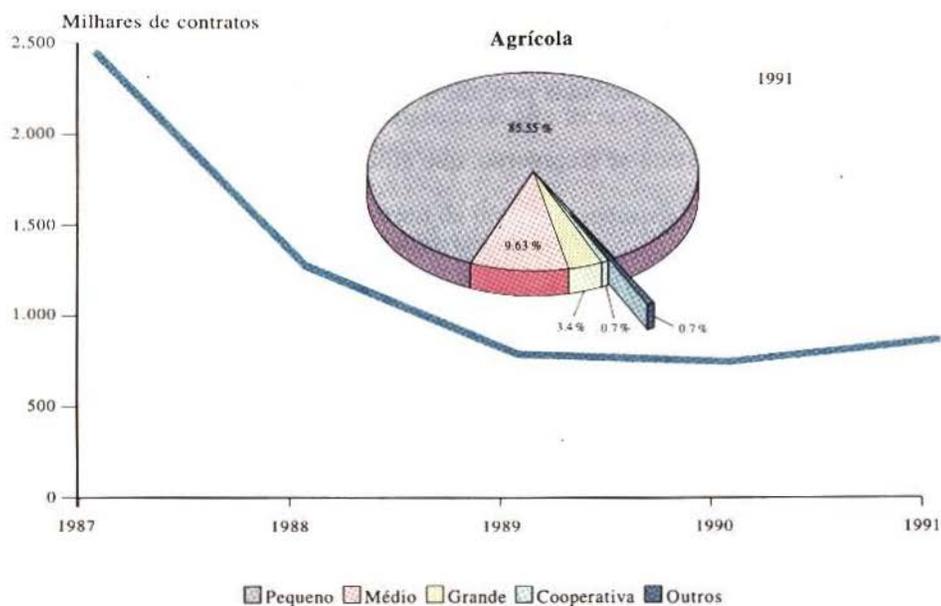
NOTA - As diferenças apresentadas no total são provenientes de arredondamento de dados.

### Produtos de origem animal - 1990

PRODUTOS	UNIDADE	PRODUÇÃO
Leite	1 000 000 l	14 484
Lã	t	29 077
Ovos de galinha e codorna	1 000 000 dúzias	2 084
Mel de abelha	t	16 181
Casulos do bicho-da-seda	t	16 271

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária.

## Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural - 1987 - 91



FONTE - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Banco Central do Brasil.

## **Pesca**

É bastante variada a produção brasileira de pescado. Os peixes representam 89% desta produção e pertencem a cerca de 50 espécies de água doce e mais de 100 de água do mar.

A pesca marítima tem ampla liderança sobre a pesca em água doce. Mais de 50% da produção de pescado do País concentram-se nas Regiões Sul e Sudeste.

A sardinha é o peixe marinho mais pescado no Brasil, seguida da corvina, merluza, pescada e do cação.

Entre os crustáceos destaca-se o camarão, que atinge quase 60% do total da pesca.

# Indústria

Na década de 70, aumentou a instalação de indústrias de bens de capital no Brasil e houve grandes investimentos em infra-estrutura de transportes, comunicações e energia. Surgiram nessa época indústrias de alta tecnologia, como a bélica, a aeronáutica, a de informática e a nuclear.

**Taxas anuais de crescimento da produção industrial, por classes de indústria - 1987-91**

ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	
	Indústria extrativa mineral	Indústrias de transformação
1987	(-) 0,75	0,95
1988	0,37	(-) 3,41
1989	3,96	2,88
1990	2,73	(-) 9,46
1991	0,32	(-) 0,55

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria.

**Evolução do índice de produtividade da produção industrial, por classes de indústria - 1987-91**

ANOS	EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	
	Indústria extrativa mineral	Indústrias de transformação
1987	102,6	99,1
1988	109,6	100,2
1989	120,0	106,1
1990	118,8	97,1
1991	118,3	110,4

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Indústria.

NOTA - Produtividade da produção industrial é a relação entre a produção física industrial e o número de horas pagas na produção.

A crise econômica dos anos 80 diminuiu o ritmo do crescimento industrial no País e os investimentos, em lugar de se concentrarem na expansão, voltaram-se para os projetos de modernização tecnológica.

Em 1991, a indústria nacional apresentou uma queda no volume produzido de 0,5% em relação a 1990. Com esse resultado, o nível médio de produção industrial ficou praticamente igual ao de 1980 e muito próximo de 1985.

Os gêneros que apresentaram redução mais significativa foram o da mecânica (11,4%), especialmente pela queda na manufatura de tratores - exclusive agrícolas (51,9%) - e o do vestuário (13,2%) com decréscimo acentuado na produção de blusas, blusões e camisas esportes de tecido (15,7%).

**Produção, vendas para o mercado interno e exportação de veículos de autopropulsão, segundo os tipos - 1991**

TIPOS	PRODUÇÃO	VENDAS PARA O MERCADO INTERNO	EXPORTAÇÃO
<b>Automóveis</b>	<b>705 303</b>	<b>583 072</b>	<b>127 153</b>
De passageiros	292 930	230 801	62 602
De uso misto	412 373	352 271	64 551
<b>Comerciais leves</b>	<b>182 609</b>	<b>129 535</b>	<b>53 282</b>
Camionetas de uso misto	11 999	11 537	547
Utilitários	1 655	1 676	47
Camionetas de carga	168 955	116 322	52 688
<b>Comerciais pesados</b>	<b>72 132</b>	<b>58 147</b>	<b>12 713</b>
Caminhões	49 295	41 464	6 416
Ônibus	22 837	16 683	6 297

FONTE - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA -, Assessoria de Planejamento Econômico e Estatístico.

**Produção, vendas para o mercado interno e exportação de máquinas agrícolas,  
segundo os tipos - 1991**

TIPOS	PRODUÇÃO	VENDAS PARA O MERCADO INTERNO	EXPORTAÇÃO
Cultivadores motorizados	1 886	1 983	174
<b>Tratores</b>			
De rodas	16 478	13 896	3 171
De esteira	1 068	589	365
Colheitadeiras	1 959	1 718	447

FONTE - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA -, Assessoria de Planejamento Econômico e Estatístico.

Os setores que revelaram resultados positivos foram o da química (4,3%), devido ao expressivo aumento na produção de álcool anidro (56,1%), e de produtos alimentares (4,1%), que teve o açúcar cristal como o principal responsável pela taxa do crescimento.

**Construção de aeronaves, segundo os tipos - 1991**

TIPOS	AERONAVES CONSTRUÍDAS (unidade)	TIPOS	AERONAVES CONSTRUÍDAS (unidade)
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	Ipanema EMB-201 A	10
AMX	6	Minuano EMB-720	9
Bandeirantes EMB-110	3	Sêneca EMB-810	30
Brasília EMB-120	31	Tucano EMB-312	9
Carajá NE-821	1	Tupi EMB-712	1

FONTE - Ministério da Aeronáutica, Empresa Brasileira de Aeronáutica - EMBRAER.

## Produção de minerais metálicos, segundo os principais produtos - 1990

PRINCIPAIS PRODUTOS	PRODUÇÃO		
	Quantidade (1 000 t)		Valor da produção (Cr\$ 1 000 000)
	Bruta	Beneficiada	
Alumínio (bauxita)	15 165	9 700	22 623
Cobre	5 442	103	5 330
Cromo (cromita)	710	170	2 014
Estanho (cassiterita)	(1) 18	38	10 013
Ferro	213 079	152 243	100 852
Manganês	3 675	2 665	12 672
Níquel	1 438	868	2 439
Ouro	19 151	(2) 97	100 654
Prata	1 704	0	1 409
Zinco	1 352	826	12 850

FORNTE - Ministério das Minas e Energia, Secretaria Nacional de Minas e Metalurgia, Departamento Nacional da Produção Mineral.

NOTA - Foram selecionados os produtos com valor da produção superior a Cr\$ 1 400 000 000,00.

(1) Quantidade expressa em 1 000 000 metros cúbicos. (2) Quantidade expressa em 1 000 quilogramas.

## Produção de minerais não-metálicos, segundo os principais produtos - 1990

PRINCIPAIS PRODUTOS	PRODUÇÃO		
	Quantidade (1 000 t)		Valor da produção (Cr\$ 1 000 000)
	Bruta	Beneficiada	
Água mineral (1)	1 192	-	17 043
Amianto	4 361	205	5 632
Areia (2)	9 758	1 735	8 755
Argila	23 174	4 107	12 558
Calcário	57 810	47 555	54 893
Caulim	1 625	659	5 213
Diamante (3)	9	1 542	10 644
Fertilizantes fosfatados naturais	19 695	3 118	15 503
Granito (2)	50	50	68 184
Sal marinho	4 170	-	6 881

FORNTE - Ministério das Minas e Energia, Secretaria Nacional de Minas e Metalurgia, Departamento Nacional da Produção Mineral.

NOTA - Foram selecionados os produtos com valor da produção superior a Cr\$ 5 210 000 000,00.

(1) Quantidade expressa em 1 000 000 litros. (2) Quantidade expressa em 1 000 000 metros cúbicos.

(3) Quantidade bruta expressa em 1 000 000 metros cúbicos e quantidade beneficiada expressa em 1 000 quilates.

# Energia

Por energia primária entende-se a que se origina, de forma direta, de fonte provida pela própria natureza, como os rios, a lenha, o petróleo, o gás natural, o carvão mineral, entre outros.

Grande parcela da energia primária é consumida em refinarias de petróleo, coquearias, usinas hidrelétricas, etc., que são chamadas Centros de Transformações, onde se convertem em fontes de energia secundária, como o óleo diesel, a gasolina, o coque do carvão mineral e a eletricidade.

## Produção, oferta interna e consumo total de energia primária, segundo as fontes de energia - 1991

FONTES DE ENERGIA	ENERGIA PRIMÁRIA (em 1 000 toneladas equivalentes de petróleo)		
	Produção	Oferta interna	Consumo total
<b>TOTAL</b>	<b>153 131</b>	<b>193 503</b>	<b>184 108</b>
<b>Não-renováveis</b>	<b>41 108</b>	<b>73 773</b>	<b>72 085</b>
Petróleo	32 688	58 280	56 726
Gás natural	6 386	4 095	4 153
Carvão vapor	1 889	-	2 346
Carvão metalúrgico	145	-	7 706
Carvão mineral e derivados	-	10 984	-
Urânio (U <sub>3</sub> O <sub>8</sub> )	0	414	1 154
<b>Renováveis</b>	<b>112 023</b>	<b>119 730</b>	<b>112 023</b>
Energia hidráulica	63 157	71 010	63 157
Lenha	27 091	(1) 27 091	27 091
Produtos da cana-de-açúcar	19 522	19 376	19 522
Outras fontes	2 253	2 253	2 253

FONTE - Ministério das Minas e Energia, Secretaria Nacional de Energia.

NOTA - Dados sujeitos a retificação.

(1) Inclusive carvão vegetal.

Energia elétrica, por Grandes Regiões - 1991

ESPECIFICAÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>Capacidade nominal instalada das usinas (MW)</b>	<b>(1) 57 146</b>	<b>5 169</b>	<b>7 965</b>	<b>23 974</b>	<b>6 744</b>	<b>694</b>
Hidráulica	(1) 52 376	4 329	7 282	22 020	5 587	558
Térmica	4 770	840	683	1 954	1 157	136
<b>Energia disponível (GWh) (2)</b>	<b>(3) 248 786</b>	<b>22 201</b>	<b>29 654</b>	<b>117 266</b>	<b>20 628</b>	<b>3 694</b>
Recebimento de autoprodutores	150	21	0	106	23	0
<b>Geração bruta</b>	<b>(3) 248 636</b>	<b>22 180</b>	<b>29 654</b>	<b>117 160</b>	<b>20 605</b>	<b>3 694</b>
Hidráulica	(3) 241 301	20 260	29 632	115 436	17 155	3 475
Térmica	7 335	1 920	22	1 724	3 450	219
Óleo diesel	1 553	1 269	18	0	47	219
Óleo combustível	1 002	651	0	282	69	-
Outros combustíveis	4 780	(4) (5) 0	(6) 4	(7) 1 442	(8) 3 334	-
<b>Consumo (GWh) (9)</b>	<b>214 667</b>	<b>10 475</b>	<b>33 780</b>	<b>131 183</b>	<b>29 946</b>	<b>9 283</b>
Residencial	51 080	2 168	7 069	30 576	7 923	3 344
Industrial (9)	107 975	6 186	18 479	68 905	12 226	2 179
Comercial (9)	24 918	1 061	3 420	15 043	3 706	1 688
Outros (9) (10)	30 694	1 060	4 812	16 659	6 091	2 072

FONTE - Ministério das Minas e Energia, Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

(1) Inclusive 12 600 MW do total das unidades em operação provenientes de Itaipu. (2) Energia disponível = geração bruta de energia elétrica dos concessionários + recebimentos de autoprodutores. (3) Inclusive 55 343 GWh provenientes de Itaipu. (4) Lenha. (5) Carvão vegetal. (6) Gás natural. (7) Dióxido de urânio. (8) Carvão mineral. (9) Inclusive tarifas especiais. (10) A classe Outros é formada por dados de consumo rural, poder público, iluminação pública, serviço público e consumo próprio.

Em 1991, o Brasil apresentava, entre seus recursos e reservas energéticas, 410 780 mil toneladas equivalentes de petróleo. Em termos de consumo, havia 43,7% de dependência externa, isto é, a diferença entre a demanda interna e a produção.

A Constituição brasileira confere à União o monopólio da pesquisa e lavra das jazidas de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

**Produção e consumo final de derivados de petróleo,  
segundo os principais produtos - 1991**

PRINCIPAIS PRODUTOS	PRODUÇÃO (1 000 m <sup>3</sup> )		CONSUMO FINAL (em 1 000 toneladas equivalentes de petróleo)
Óleo diesel	23 523		21 138
Óleo combustível (1)	11 500		9 108
Gasolina	12 489		7 942
Gás liquefeito de petróleo (1)	3 255		5 521
Nafta	5 242		4 660
Querosene	3 236		2 218
Outros	-		2 532
Não-energéticos de petróleo	-		2 796

FONTES - Ministério das Minas e Energia, Secretaria Nacional de Energia.

NOTA - Dados sujeitos a retificação.

(1) Quantidade expressa em 1 000 toneladas.

O consumo da gasolina, que caíra na década de 80, principalmente pelo incentivo do Governo à substituição da gasolina por álcool nos veículos de pequeno porte, vem subindo nos últimos anos. Em 1991, o consumo em transportes rodoviários foi de 10 244 000 m<sup>3</sup>, enquanto que, em 1988, havia sido de 7 319 000 m<sup>3</sup>.

A energia hidráulica é a grande fonte de eletricidade no País. Em 1991, do total de 221 934 GWh gerada em centrais elétricas de serviço público, 214 609 GWh eram de origem hidráulica. O potencial hidrelétrico do Brasil é um dos maiores do mundo.

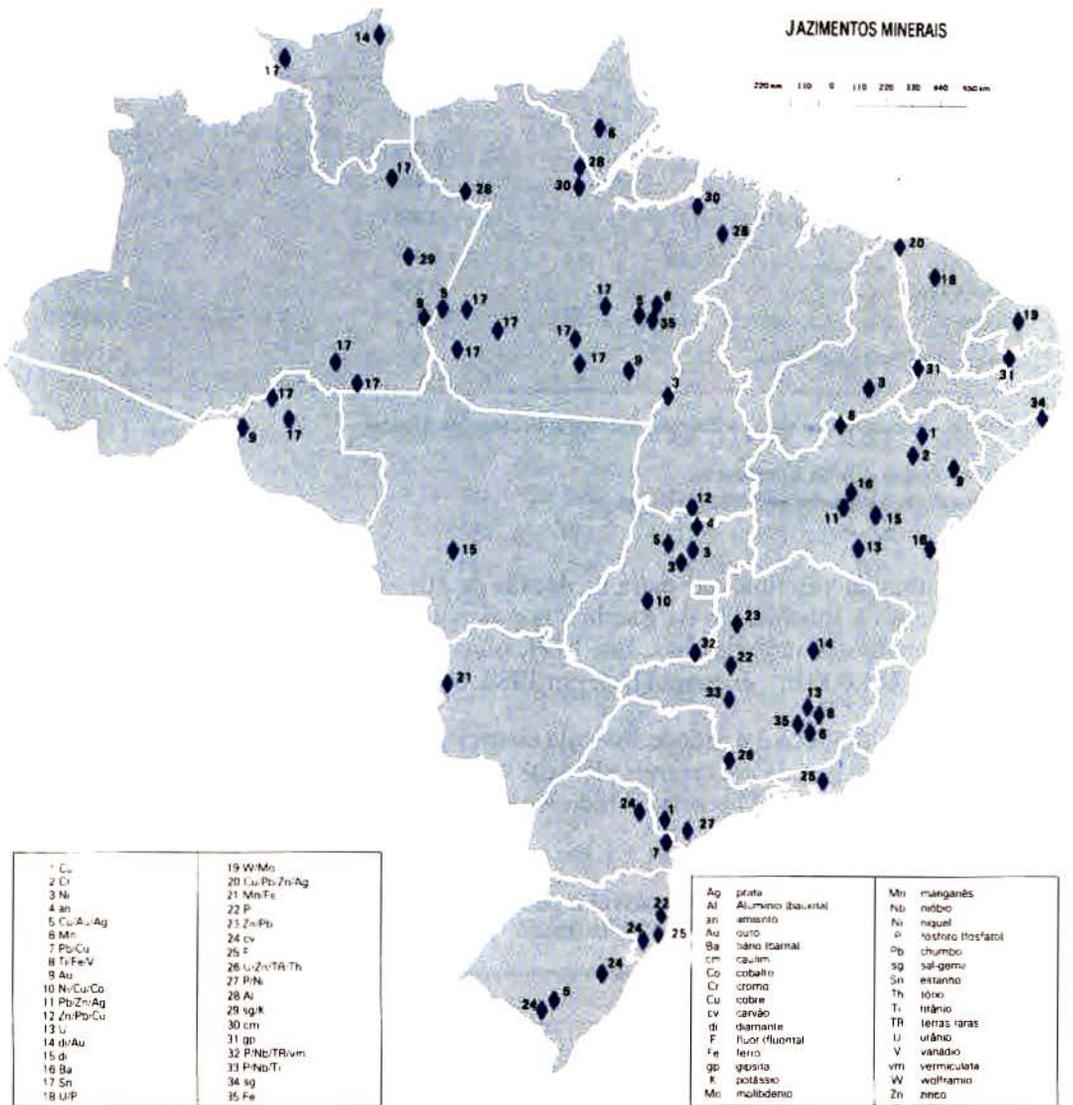
**Produção de gás natural e petróleo bruto, segundo o tipo  
de extração - 1991**

TIPO DE EXTRAÇÃO	PRODUÇÃO (1 000 m <sup>3</sup> )	
	Gás natural	Petróleo bruto
<b>TOTAL</b>	<b>6 598 921</b>	<b>36 189</b>
Em terra	2 469 917	10 375
Na plataforma continental	4 129 004	25 814

FONTES - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS -, Serviço de Planejamento.

## JAZIMENTOS MINERAIS

200 km 100 0 100 200 300 400 500 km



1 Cu	19 W/Mo
2 Cr	20 Cu, Pb, Zn, Ag
3 Ni	21 Mn/Fe
4 an	22 P
5 Cu, Au, Ag	23 Zn/Pb
6 Mn	24 cv
7 Pb/Cu	25 F
8 Ti/Fe/V	26 U, Zr, Ta, Th
9 Au	27 P/Ni
10 Ni, Cu, Co	28 Al
11 Pb, Zn, Ag	29 sg/k
12 Zn/Pb/Cu	30 cm
13 U	31 gp
14 di/Au	32 P, Nb, TR, W, Mo
15 di	33 P, Nb, Ti
16 Ba	34 sg
17 Sn	35 Fe
18 UP	

Ag	prata	Mn	manganês
Al	Alumínio (bauxita)	Nb	níbio
An	amianto	Ni	níquel
Au	ouro	P	fosfógeno (fosfatos)
Ba	bário (barita)	Pb	chumbo
cm	carvão	sg	sal-gema
cv	carvão	sg	sal-gema
di	diamante	Sn	estanho
F	flúor (fluorita)	Th	tório
Fe	ferro	Ti	titânio
gp	grafita	TR	terras raras
k	potássio	U	urânio
Mo	molibdênio	V	vanádio
		vm	vermiculata
		W	wolfrâmio
		Zn	zinco

**Produção e consumo de carvão mineral - 1991**

<b>PRODUÇÃO E CONSUMO</b>	<b>QUANTIDADE (1 000 t)</b>
<b>Produção bruta</b>	<b>10 468</b>
Rejeito	5 491
Energético	4 898
Metalúrgico	79
<b>Consumo aparente</b>	<b>16 395</b>
Energético	6 098
Energia elétrica	3 614
Estradas de ferro	...
Fins industriais	...
Siderurgia	234
Metalúrgico	10 297
Nacional	-
Importado	10 297

FONTE - Ministério das Minas e Energia, Secretaria Nacional de Energia, Departamento Nacional de Combustíveis.

NOTA - Dados sujeitos a retificação.

As reservas de urânio, que já estão identificadas e que podem ser econômica e legalmente extraídas, em 1991, foram determinadas em 302 490 toneladas. Em 1976, esta reserva tinha sido determinada em 26 380 toneladas. O Brasil optou, em seu programa nuclear, pelas usinas que utilizam o urânio enriquecido como combustível. A Central Nuclear de Angra, formada por três usinas, está situada no Município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Angra 1, já em funcionamento e que recebeu o nome de Central Nuclear Almirante Alvaro Alberto, tem 657 MWe de capacidade normal instalada e sua produção, em 1991, foi de 1 142 GWh.

# Transportes

O transporte rodoviário de carga e passageiros é o mais utilizado no País, contando com uma rede viária de mais de 1,6 milhão de km de extensão, enquanto que a rede ferroviária tem 30 mil km.

Nos grandes centros urbanos, têm-se procurado novas alternativas de transporte para uma população cada vez maior. Surgiu, nos últimos anos, o metrô em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em Recife. Existe, também, um projeto para a implantação do metrô em Brasília.

Extensão da rede rodoviária nacional, segundo as Grandes Regiões - 1991

GRANDES REGIÕES	EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA NACIONAL (km)					
	Total	Planejada	Em tráfego			
			Total	Pavimentada	Não-pavimentada	Em obras (1)
<b>BRASIL</b>	<b>1 661 849</b>	<b>157 808</b>	<b>1 504 041</b>	<b>143 701</b>	<b>1 349 321</b>	<b>11 019</b>
Norte	102 696	34 964	67 732	8 377	58 305	1 050
Nordeste	429 055	32 865	396 189	40 506	352 388	3 295
Sudeste	498 561	19 476	479 085	51 477	425 958	1 650
Sul	388 843	52 495	336 348	26 541	307 460	2 347
Centro-Oeste	242 693	18 008	224 685	16 801	205 209	2 675

FONTE - Ministério dos Transportes e Comunicações, Secretaria Nacional de Transportes, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

NOTA - As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Inclusive os trechos em obras de implantação e/ou pavimentação.

Em 1991, a rede ferroviária contava com dez locomotivas a vapor. Muitas dessas locomotivas conservam, ainda, características do século passado. Elas vêm percorrendo trajetos especiais e dando incentivo ao turismo em alguns centros históricos do País, como forma de estímulo à cultura e ao lazer. Dentre esses centros destacam-se os que unem as cidades de São João del Rei a Tiradentes (13 km) e Mariana a Ouro Preto (18 km), em Minas Gerais; Conrado a Miguel Pereira (48 km), no Rio de Janeiro; e Curitiba a Lapa (94 km), no Paraná.

O trecho entre Curitiba e Paranaguá (110 km), no Paraná, possui, também, atividade turística, porém em trens automotrizes.

**Extensão das linhas da rede ferroviária em tráfego,  
segundo a natureza da tração - 1990-91**

NATUREZA DA TRACÇÃO	EXTENSÃO DAS LINHAS (km)	
	1990	1991
<b>TOTAL</b>	<b>30 194</b>	<b>30 177</b>
<b>Eletrificadas</b>	<b>2 149</b>	<b>2 151</b>
Rede Ferroviária Federal S.A.	65	65
Ferrovia Paulista S.A.	1 542	1 540
Estrada de Ferro Campos do Jordão	47	47
Companhia Brasileira de Trens Urbanos	403	403
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.	27	27
Companhia do Metropolitano de São Paulo	39	42
Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro	22	23
Estrada de Ferro Corcovado	4	4
<b>Não-eletrificadas</b>	<b>28 045</b>	<b>28 026</b>

FORTE - Ministério dos Transportes e Comunicações, Secretaria Nacional de Transportes, Departamento Nacional dos Transportes Ferroviários.

**Material ferroviário rodante em tráfego - 1990-91**

MATERIAL FERROVIÁRIO RODANTE EM TRÁFEGO	DADOS NUMÉRICOS	
	1990	1991
<b>Locomotivas</b>	<b>1 815</b>	<b>1 733</b>
Vapor	14	10
Diesel	1 695	1 622
Elétrica	106	101
<b>Automotrizes</b>	<b>28</b>	<b>28</b>
<b>Trens unidade</b>	<b>511</b>	<b>517</b>
<b>Carros (todos os tipos)</b>	<b>1 124</b>	<b>1 047</b>
<b>Vagões (todos os tipos) (1)</b>	<b>61 220</b>	<b>60 008</b>

FORTE - Ministério dos Transportes e Comunicações, Secretaria Nacional de Transportes, Departamento Nacional dos Transportes Ferroviários.

(1) Exclusive os vagões de propriedade particular.

## Transporte ferroviário realizado - 1991

TRANSPORTE FERROVIÁRIO REALIZADO	QUANTIDADE (milhares de toneladas úteis)	TRABALHO ÚTIL (milhões de toneladas x km úteis)
Passageiros	(1) 1 354 567	(2) 18 395
Longo percurso	(1) 14 527	(2) 2 285
Urbano	(1) 1 340 040	(2) 16 110
Animais	12	5
Bagagens e encomendas	4	1
Mercadorias	235 244	121 795

FONTES - Ministério dos Transportes e Comunicações, Secretaria Nacional de Transportes, Departamento Nacional dos Transportes Ferroviários.

(1) Em milhares de passageiros. (2) Em milhões de passageiros x km.

A navegabilidade dos rios brasileiros, devido às características do relevo, apresenta-se um pouco prejudicada. Dentre os grandes rios nacionais, apenas o Amazonas e o Paraguai são predominantemente de planície e largamente utilizados para a navegação. Já o São Francisco e o Paraná são os principais rios de planalto. Importante eixo hidroviário vem sendo implantado com o desenvolvimento do Sistema Tietê-Paraná, que atenderá a São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais.

## Movimento de embarcações e de mercadorias - 1991

ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE NAVEGAÇÃO			
	Total	Longo curso	Cabotagem	Outros
Movimento de embarcações	46 310	12 230	5 906	28 174
Movimento de mercadorias (1 000 t)	349 754	231 509	100 040	18 205
Embarque	219 172	166 047	46 391	6 734
Desembarque	130 582	65 461	53 650	11 471

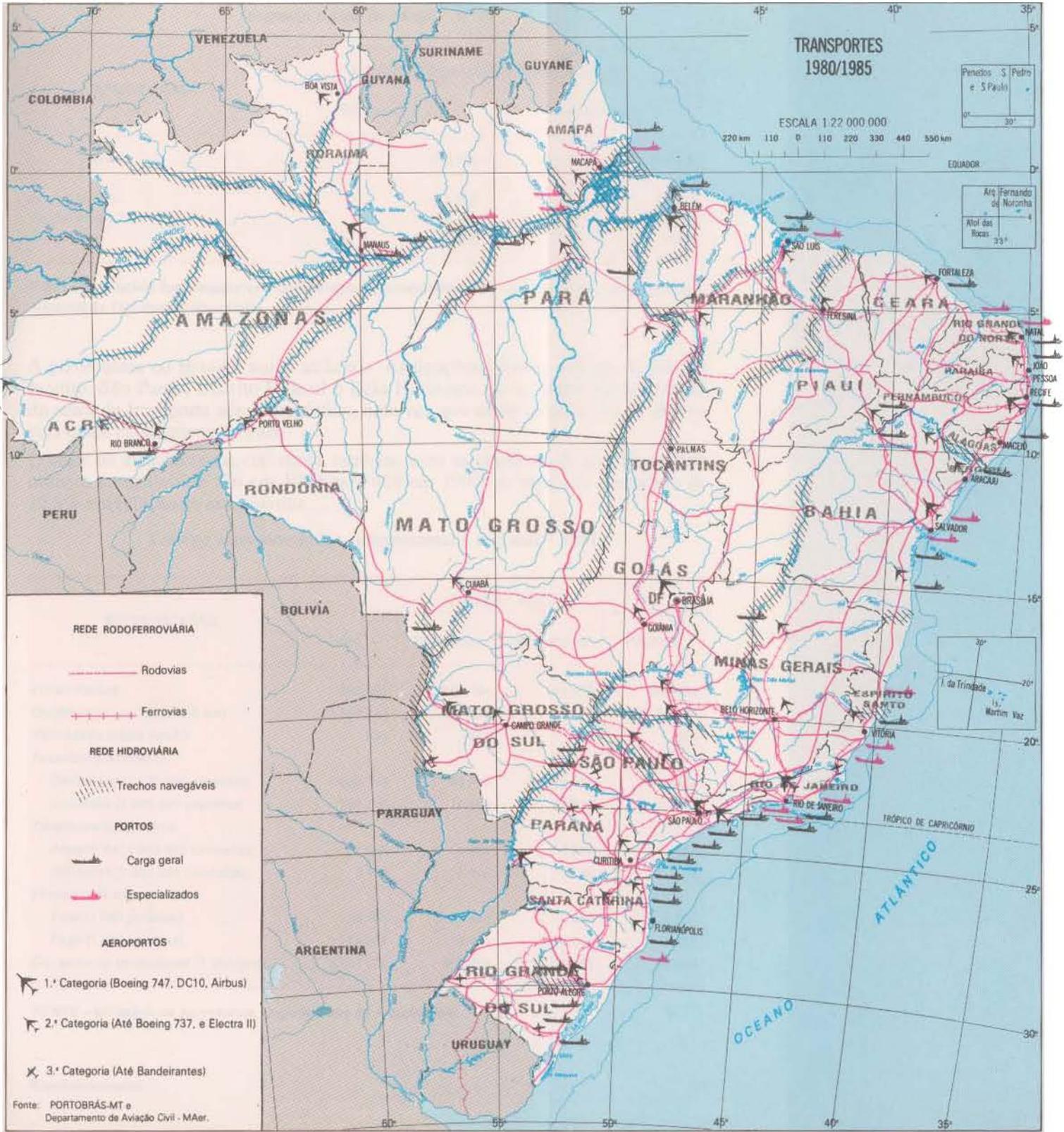
FONTES - Ministério dos Transportes e Comunicações, Secretaria Nacional de Transportes, Departamento Nacional de Transportes Aquaviários.

NOTA - As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados.

# TRANSPORTES 1980/1985

ESCALA 1:22 000 000

220 km 110 0 110 220 330 440 550 km



### REDE RODOFERROVIÁRIA

— Rodovias

— Ferrovias

### REDE HIDROVIÁRIA

//// Trechos navegáveis

### PORTOS

— Carga geral

— Especializados

### AEROPORTOS

✈ 1.ª Categoria (Boeing 747, DC10, Airbus)

✈ 2.ª Categoria (Até Boeing 737, e Electra II)

✈ 3.ª Categoria (Até Bandeirantes)

Fonte: PORTOBRÁS-MT e  
Departamento de Aviação Civil - MAer.

**Movimento de embarque e desembarque de mercadorias,  
segundo o tipo de carga - 1991**

TIPO DE CARGA	MOVIMENTO DE MERCADORIAS (1 000 t)	
	Embarque	Desembarque
<b>TOTAL</b>	<b>219 172</b>	<b>130 582</b>
Granel líquido	42 568	78 997
Granel sólido	150 539	45 282
Carga geral	26 065	6 303

FONTE - Ministério dos Transportes e Comunicações, Secretaria Nacional de Transportes, Departamento Nacional de Transportes Aquaviários.

A ponte aérea no Brasil é muito utilizada. As ligações entre as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Belo Horizonte são as mais movimentadas do setor de transporte aéreo/doméstico, uma vez que essas cidades são os principais pólos econômicos do País.

O setor de aviação comercial conta, também, com as empresas de táxi aéreo. Seu número aumentou de 526 em 1989 para 609 em 1990, ou seja, um acréscimo de 15,8% em relação ao ano anterior.

**Tráfego aéreo doméstico, internacional e regional - 1991**

ESPECIFICAÇÃO	TRÁFEGO AÉREO			
	Total	Doméstico	Internacional	Regional
Horas voadas	598 691	317 784	122 273	158 634
Quilômetros voados (1 000 km)	353 743	204 798	98 184	50 761
Velocidade média (km/h)	591	644	803	320
Assentos/quilômetros				
Oferecidos (1 000 000 assentos)	1 586 143	25 570	22 121	1 538 452
Utilizados (1 000 000 assentos)	794 710	14 522	14 640	765 548
Toneladas/quilômetros				
Oferecidas (1 000 000 toneladas)	7 836	3 463	4 220	153
Utilizadas (1 000 000 toneladas)	3 965	1 648	2 248	69
Passageiros embarcados				
Total (1 000 pessoas)	19 165	14 574	2 980	1 631
Pago (1 000 pessoas)	18 868	14 408	2 853	1 607
Consumo de combustível (1 000 litros)	2 731 034	1 408 038	1 230 542	92 454

FONTE - Ministério da Aeronáutica, Departamento de Aviação Civil.

# Turismo

O Brasil é um País que se destaca por suas belezas naturais. A diversidade de suas paisagens, conseqüência de sua dimensão continental, exerce grande atração sobre os turistas.

Entrada de turistas estrangeiros, por Unidades da Federação de acesso, segundo a origem - 1990

ORIGEM	ENTRADA DE TURISTAS ESTRANGEIROS					
	Total	Unidades da Federação de acesso				
		Amazonas	Pará	Pernambuco	Bahia	Rio de Janeiro
<b>TOTAL</b>	<b>1 091 067</b>	<b>11 793</b>	<b>19 178</b>	<b>39 053</b>	<b>16 212</b>	<b>438 108</b>
África	27 956	75	32	178	56	24 668
América Central	8 044	313	482	161	12	4 429
América do Norte	146 592	6 959	2 919	3 744	719	88 582
América do Sul	527 744	2 076	12 366	670	2 090	103 962
Ásia	37 185	336	50	1 293	679	12 278
Europa	326 478	1 769	3 295	32 643	12 245	195 196
Oceania	6 368	194	16	21	6	4 087
Oriente Médio	7 644	43	7	73	59	3 804
Não-especificada	3 056	28	11	270	346	1 102

ORIGEM	ENTRADA DE TURISTAS ESTRANGEIROS					
	Unidades da Federação de acesso					
	São Paulo	Paraná	Rio Grande do Sul	Mato Grosso do Sul	Distrito Federal	Outras
<b>TOTAL</b>	<b>155 945</b>	<b>125 759</b>	<b>227 529</b>	<b>23 557</b>	<b>1 439</b>	<b>32 494</b>
África	1 968	632	43	25	98	181
América Central	1 813	376	67	8	289	94
América do Norte	31 491	6 541	1 189	343	228	3 877
América do Sul	50 797	94 114	220 608	20 954	480	19 627
Ásia	15 350	3 428	1 092	125	105	2 449
Europa	51 224	18 772	4 049	1 587	160	5 538
Oceania	604	877	123	260	-	180
Oriente Médio	2 059	896	137	229	77	260
Não-especificada	639	123	221	26	2	288

FONTE - Presidência da República, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Instituto Brasileiro de Turismo.

NOTA - Dados retificados.

As excursões fluviais na Região Amazônica permitem que os turistas possam admirar a Floresta Amazônica e conhecer o rio Amazonas, o maior em volume de água no mundo, e seus afluentes.

O Nordeste, além das praias da sua extensa costa, é rico em tradições, folclore e possui inúmeras cidades históricas.

A fauna exótica do Pantanal Mato-Grossense e a arquitetura arrojada do Distrito Federal atraem os turistas na Região Centro-Oeste.

No Sudeste, estão as duas maiores cidades do Brasil: Rio de Janeiro e São Paulo. Destacam-se, também, suas cidades coloniais, praias, hotéis, museus, centros culturais e de lazer entre outros aspectos.

O Sul é a região brasileira que apresenta as estações do ano mais bem definidas. O inverno, em algumas cidades, traz temperaturas abaixo de 0°. Este clima, aliado às características arquitetônicas trazidas pelos colonos alemães, italianos, poloneses, entre outros, faz com que algumas cidades do Sul apresentem muitas semelhanças com cidades européias.

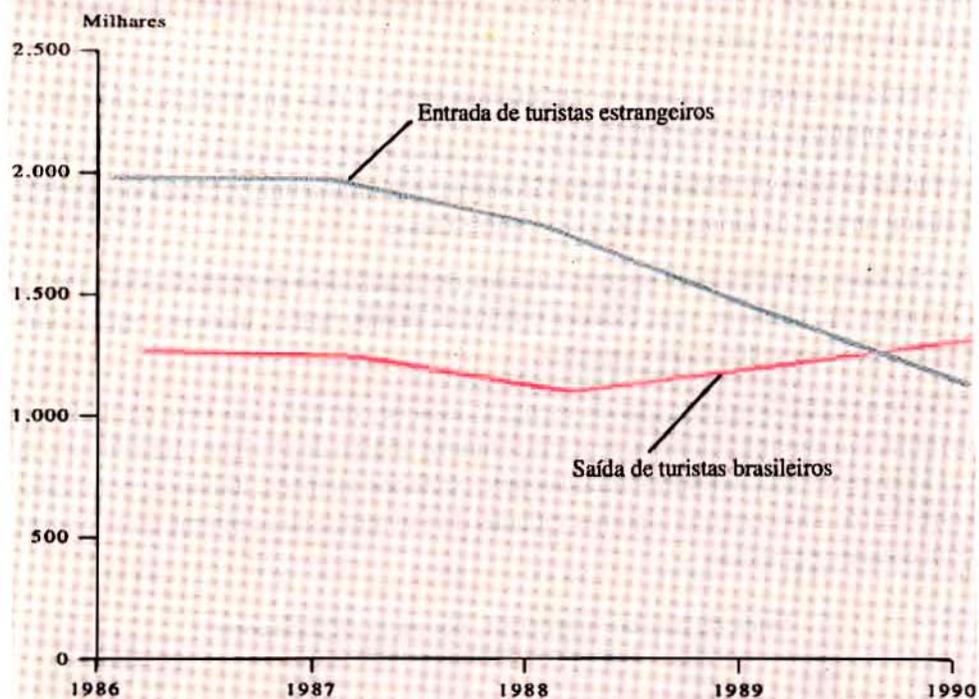
Saída de turistas brasileiros, por meio de transporte, segundo o destino - 1990

DESTINO	SAÍDA DE TURISTAS BRASILEIROS				
	Total	Meio de transporte			
		Aéreo	Marítimo	Terrestre	Fluvial
<b>TOTAL</b>	<b>1 188 167</b>	<b>979 296</b>	<b>9 772</b>	<b>185 627</b>	<b>13 472</b>
África	10 502	10 176	324	1	1
América Central	16 589	16 291	226	1	71
América do Norte	341 126	339 402	1 707	4	13
América do Sul	468 289	263 904	5 421	185 596	13 368
Ásia	62 982	62 544	438	-	-
Europa	286 717	285 451	1 251	2	13
Oceania	340	339	1	-	-
Oriente Médio	1 327	1 014	313	-	-
Não-especificado	295	175	91	23	6

FONTE - Presidência da República, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Instituto Brasileiro de Turismo.

NOTA - Dados retificados.

### Fluxo de turistas - 1986 - 90



FONTE - Presidência da República, Secretaria de Desenvolvimento Regional.

# Comunicações

O Sistema de Telecomunicações Brasileiro liga o País entre si e ao mundo, via satélite. Este sistema, vinculado ao Governo Federal, é formado por empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações.

A Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL - é responsável por implantar, expandir e operacionalizar os sistemas e meios de telecomunicações no País, através da interligação e integração de serviços nacionais e internacionais. Dentre esses serviços encontra-se o da Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes - RENPAC.

Para utilizar a RENPAC, o usuário deverá dispor de alguns recursos como uma linha telefônica, um microcomputador ou um telex. Em seguida é preciso cadastrar-se na EMBRATEL e obter uma senha com o Número de Identificação do Usuário - NIU -, com a qual poderá ter acesso ao banco de dados da instituição que desejar, como por exemplo: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fundação Getúlio Vargas - FGV; Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO; Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV; Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - BVRJ; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT; Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - ABIA; entre outras.

O número de usuários que utilizam a RENPAC no Brasil passou de 1 627 em 1989 para 3 135 em 1991, crescendo 92,6%.

Através das redes de televisão é possível assistir a programas ou eventos mundiais no momento em que estes estão acontecendo e sendo transmitidos simultaneamente para outros países.

## Serviços de telex - 1987-91

ESPECIFICAÇÃO	1987	1988	1989	1990	1991
Tráfego de telex internacional					
Minutos taxados	20 017 348	18 298 044	15 011 452	11 992 802	8 645 484
Serviço de telex nacional					
Terminais ativados	-	105 311	119 763	125 814	116 776

FONTE - Ministério dos Transportes e Comunicações, Secretaria Nacional de Comunicações, Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL.

O Brasil possui as seguintes redes de TV: Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, Globo, Manchete, Bandeirantes, Central Nacional de Televisão - CNT, Sistema Brasileiro de Televisão - SBT - e Record. Conta, ainda, com cerca de 2033 emissoras de rádio e mais de 200 jornais diários.

A rede telefônica brasileira apresentou uma grande expansão nas últimas décadas. Atualmente, atende a cerca de 16 mil localidades e completa, anualmente, mais de 1,7 bilhão de chamadas interurbanas e cerca de 39 milhões de chamadas internacionais.

Quanto aos serviços telegráficos, o telegrama fonado é o mais utilizado no País. Em 1991, foram emitidas mais de 10 milhões de mensagens nacionais e mais de 54 mil internacionais.

#### Serviços telefônicos - 1987-91

ESPECIFICAÇÃO	1987	1988	1989	1990	1991
Pessoal ocupado	109 046	108 638	108 799	102 753	98 404
Localidades atendidas (1)	11 477	13 264	14 172	15 318	15 922
Telefones instalados	13 158 309	13 905 290	14 059 524	14 125 396	14 426 673
Terminais telefônicos					
Instalados	8 493 964	9 081 649	9 737 538	10 277 281	10 780 512
Em serviço	7 888 694	8 353 834	8 852 540	9 409 230	10 075 920
Residenciais	5 523 919	5 806 478	6 102 316	6 499 727	6 948 513
Não-residenciais	1 569 582	1 666 560	1 785 712	1 888 385	2 066 549
Troncos (PABX)	612 387	669 300	732 180	780 430	809 524
Telefones de uso público	182 806	211 496	232 332	240 688	251 334
Chamadas telefônicas completadas (1)	982 747 626	1 170 322 063	1 309 827 091	1 452 662 981	1 720 421 838
Discagem Direta à Distância (DDD) (1)	874 665 153	1 093 425 321	1 296 728 821	1 433 229 359	1 696 852 543
Mesa interurbana (1)	108 082 473	76 896 742	13 098 270	19 433 622	23 569 295
Chamadas completadas no tráfego telefônico internacional	15 824 514	20 066 438	27 370 370	32 395 584	39 301 810

FONTE - Ministério dos Transportes e Comunicações, Secretaria Nacional de Comunicações, Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS.

(1) Dados até 31-12.

## Tráfego postal - 1987-91

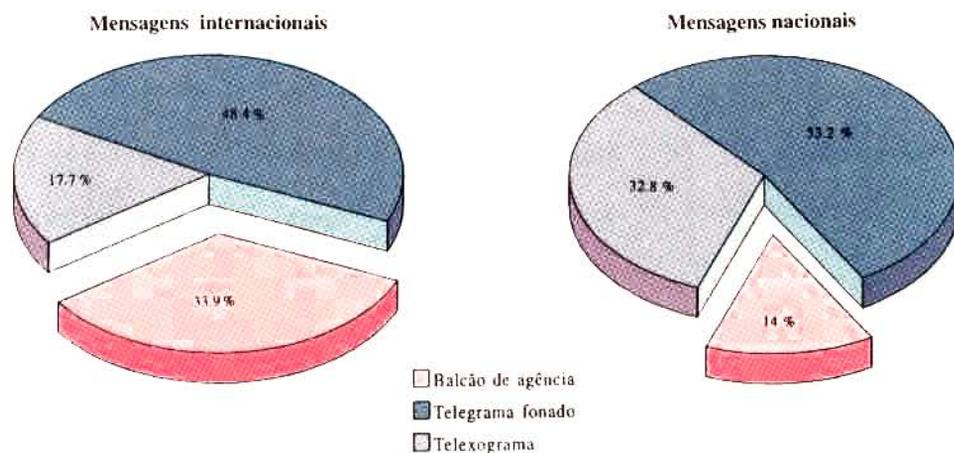
ESPECIFICAÇÃO	1987	1988	1989	1990	1991
Serviço Postal Convencional (1 000 objetos)	2 951 508	3 146 945	3 267 384	3 186 632	2 939 299
Serviço Especial de Entrega de Documentos - SEED (1 000 objetos)	242 328	300 025	349 213	339 686	404 172
Malotes nacionais e internacionais (1 000 objetos)	27 346	28 846	30 436	31 475	-
Serviço de Encomendas Expressas - SEDEX (1 000 objetos)	18 465	17 474	27 761	22 669	30 973
Serviço de Remessas Internacionais Urgentes - EMS (1 000 objetos) (1)	-	-	-	-	301
Serviço Especial de Correspondência Agrupada - SERCA (1 000 objetos) (2)	-	-	-	-	30 669
Carga total transportada via aérea (t)	58 195	59 164	68 967	68 631	74 100

FONTE - Ministério dos Transportes e Comunicações, Secretaria Nacional de Comunicações, Empresa de Correios e Telégrafos - ECT.

NOTA - Dados em 31-12.

(1) Abrange a postagem de malotes, documentos e mercadorias destinadas ao exterior. (2) Referente a postagem de malotes nacionais.

## Serviço telegráfico - 1991



# Preços

Em 1979, o IBGE criou o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SINPC -, passando a ser responsável pelo cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Restrito - INPC - e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

O INPC mede a variação do custo de vida para as famílias com renda mensal entre 1 e 8 salários mínimos e o IPCA mede a mesma variação para as famílias com renda mensal entre 1 e 40 salários mínimos. Para ambos os índices o resultado é obtido a partir de informações coletadas nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Curitiba, Fortaleza e Salvador, além de Brasília e Goiânia.

Outras instituições especializadas também calculam índices de preços. Dentre elas, destaca-se a Fundação Getúlio Vargas - FGV - que calcula o Índice Geral de Preços - IGP -, o qual leva em consideração, além dos preços ao consumidor, os preços do atacado e da construção civil.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC -,  
segundo os grupos de produtos - 1988-92

GRUPOS DE PRODUTOS	1988	1989	1990	1991	1992
INPC	993,28	1 863,56	1 585,18	475,10	1 149,06
Alimentação e bebidas	1 097,80	1 657,84	1 413,29	478,96	1 181,10
Habituação	861,01	1 764,85	2 272,44	601,84	999,00
Artigos de residência	928,46	2 120,48	1 145,68	374,87	1 206,73
Vestuário	950,50	1 988,67	1 302,22	322,62	1 108,38
Transporte e Comunicação	870,94	2 001,19	1 764,39	492,53	1 134,06
Saúde e Cuidados pessoais	910,61	2 266,59	1 905,81	400,12	1 372,28
Despesas pessoais	996,95	2 164,88	1 800,91	581,98	1 106,73

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índices de Preços.

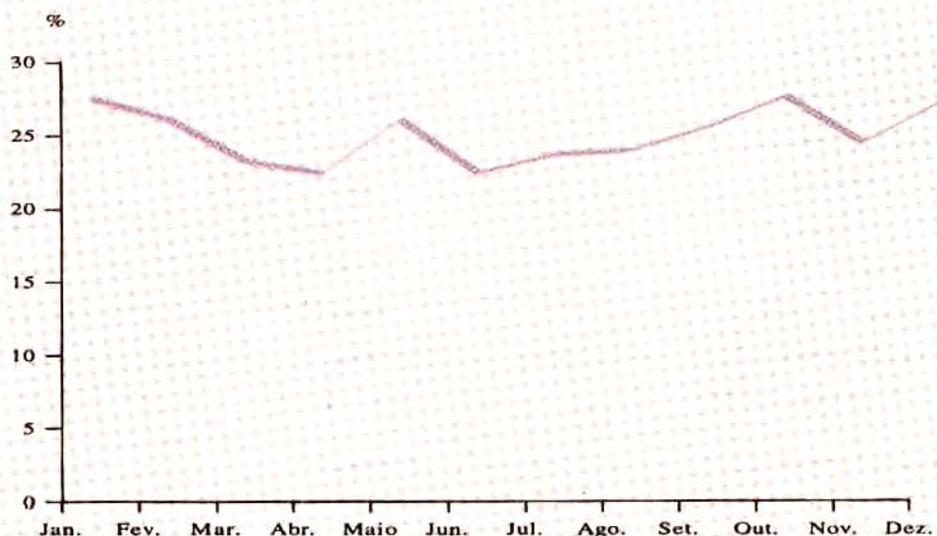
Varição mensal medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA -, por grupos de produtos - 1992

MESES	VARIÇÃO MENSAL, POR GRUPOS DE PRODUTOS (%)							
	IPCA	Alimen- tação e bebidas	Habi- tação	Artigos de residência	Vestuário	Transporte e Comuni- cação	Saúde e Cuidados pessoais	Despesas pessoais
Janeiro	20,75	21,94	25,16	12,74	6,20	20,18	21,40	28,77
Fevereiro	20,72	18,49	31,32	13,38	6,35	36,92	9,16	20,69
Março	11,92	3,87	49,57	8,62	5,87	5,03	4,30	7,84
Abril	4,99	5,28	1,05	9,53	14,08	4,04	2,60	5,89
Maio	7,43	4,60	7,37	10,25	15,49	4,56	4,37	11,16
Junho	11,19	11,23	10,45	12,03	12,39	10,95	8,87	12,75
Julho	12,41	12,79	11,07	11,99	12,89	10,50	15,00	13,43
Agosto/setembro	33,71	37,85	25,33	31,62	30,73	30,10	36,40	41,29
Outubro	20,23	25,61	18,92	15,37	18,21	20,06	18,23	18,38
Novembro	25,21	30,91	20,23	21,00	18,37	28,50	27,68	22,72
Dezembro	23,71	21,66	17,92	23,39	15,63	28,06	31,49	27,64

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índices de Preços.

NOTA - Excepcionalmente, o IBGE adotou o cálculo agregado dos meses agosto/setembro, devido à interrupção da coleta de agosto.

Varição mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - 1992



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índice de Preços.

# Finanças Públicas

O demonstrativo da Receita Arrecadada do Tesouro mostra que, entre seus principais itens, está o referente às operações de crédito. No ano de 1991, as operações de crédito responderam por 45,8% da receita total. No entanto, esta receita é consumida, em sua maior parte, na rolagem da dívida pública, isto é, quase toda receita obtida com as operações de crédito é utilizada para o resgate das operações de crédito realizadas em períodos anteriores.

A Receita Tributária Arrecadada da União ascendeu, em 1991, a aproximadamente 10 410 trilhões de cruzeiros. Cerca de 72% deste valor foram obtidos na Região Sudeste. O Estado de São Paulo respondeu por quase 50% da receita total e 84% da receita obtida na Região Centro-Oeste foram arrecadados no Distrito Federal.

## Receita arrecadada do Tesouro - 1990-91

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ARRECADADA (Cr\$ 1 000 000)	
	1990	1991
<b>TOTAL</b>	<b>21 749 859</b>	<b>46 564 809</b>
<b>Receitas correntes</b>	<b>5 651 960</b>	<b>25 219 775</b>
Receita tributária	2 676 754	10 639 759
Receita de contribuições	2 850 550	12 516 577
Receita patrimonial	9 975	329 827
Receita agropecuária	29	146
Receita industrial	801	5 263
Receita de serviços	49 709	299 164
Transferências correntes	16 433	11 811
Outras receitas correntes	47 710	1 417 228
<b>Receitas de capital</b>	<b>16 097 898</b>	<b>21 345 033</b>

FONTE - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Secretaria Especial de Política Econômica, Departamento de Orçamentos da União.

NOTA - As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados.

**Despesa realizada pelo Tesouro, segundo os órgãos da  
administração - 1990-91**

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO	DESPESA REALIZADA (Cr\$ 1 000 000)	
	1990	1991
<b>TOTAL</b>	<b>21 580 391</b>	<b>45 889 223</b>
Poder Legislativo e Órgãos Auxiliares	62 867	327 746
Poder Executivo	21 391 412	44 952 138
Presidência da República	121 449	669 637
Ministérios	21 269 963	44 282 502
Poder Judiciário	126 112	609 338

FONTE - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Secretaria Especial de Política Econômica, Departamento do Tesouro Nacional.

NOTA - As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados.

# Moeda e Banco

Entre dezembro de 1990 e dezembro de 1991, os meios de pagamento cresceram 328,2%, enquanto que, no mesmo período, a inflação, medida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC -, cresceu 475,1%.

O principal item do ativo do Balancete Consolidado das Autoridades Monetárias são as operações com o Tesouro Nacional que, em 1990, representavam 80,44% e, em 1991, ascendiam a 79,47% do valor total. No passivo destacam-se as obrigações externas que passaram de 59,64%, em 1990, para 66,92% do total, em 1991.

## Composição geral dos meios de pagamento - 1987-91

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS EM 31-12 (Cr\$ 1 000 000)				
	1987	1988	1989	1990	1991
<b>Moeda manual</b>					
A - Papel-moeda emitido	272	2 284	43 926	1 044 649	3 974 585
B - Caixa das instituições financeiras	24	194	3 564	64 927	383 996
C - Em poder do público (A - B)	248	2 090	40 362	979 722	3 590 589
<b>Moeda escritural</b>					
D - Banco do Brasil	161	1 083	19 057	308 537	1 436 687
Setor público	47	234	2 376	99 780	541 632
Setor privado	113	837	15 004	208 000	888 189
Instituições financeiras	1	12	1 677	757	6 866
E - Bancos comerciais	573	3 468	40 298	1 100 280	5 226 967
Setor público	90	575	10 084	176 074	798 336
Setor privado	463	2 818	29 721	918 435	4 376 124
Instituições financeiras	20	75	493	5 771	52 507
F - Outras instituições	54	303	3 343	121 708	495 187
<b>Meios de pagamento (C + D + E + F)</b>	<b>1 036</b>	<b>6 944</b>	<b>103 060</b>	<b>2 510 247</b>	<b>10 749 430</b>

FONTE - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

**Balancete consolidado das autoridades monetárias - 1990-91**

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS EM 31-12 (Cr\$ 1 000 000)	
	1990	1991
<b>ATIVO</b>	<b>16 659 524</b>	<b>91 073 369</b>
Crédito ao setor financeiro	446 095	1 936 187
Crédito ao setor não-financeiro	38 590	124 289
Haveres externos	2 328 437	14 131 224
Adiantamento a fundos e programas	0	0
Operações especiais com o setor público	63 430	838 891
Operações com o Tesouro Nacional	13 400 810	72 376 230
Encargos diversos a apropriar	0	0
Outras contas (saldo líquido)	382 162	1 666 548
<b>PASSIVO</b>	<b>16 659 524</b>	<b>91 073 369</b>
<b>Não-monetário</b>	<b>15 038 252</b>	<b>84 731 201</b>
Depósitos diversos	(1) 4 656 098	18 622 412
Responsabilidade por títulos de emissão própria	30 417	2 714 251
Obrigações externas	9 936 375	60 952 237
Recursos de fundos e programas	149 190	992 092
Recursos próprios	266 172	1 450 209
<b>Monetário</b>	<b>1 621 272</b>	<b>6 342 168</b>
Papel-moeda emitido	1 044 649	3 974 585
Reservas bancárias	576 623	2 367 583

FONTE - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

(1) Inclusive os cruzados novos retidos no Banco Central.

**Balancete consolidado dos bancos comerciais e múltiplos - 1990-91**

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS EM 31-12 (Cr\$ 1 000 000)			
	1990		1991	
	Bancos comerciais	Bancos múltiplos	Bancos comerciais	Bancos múltiplos
<b>ATIVO</b>	<b>3 071 683</b>	<b>14 343 766</b>	<b>13 905 734</b>	<b>80 734 113</b>
Disponibilidade	16 221	101 737	91 430	497 073
Depósitos no Banco Central	589 026	3 327 503	1 482 570	10 899 651
Depósitos Compulsórios do SBPE no FHABRE	0	0	0	261 028
Aplicações em títulos e valores mobiliários	457 947	2 014 012	2 188 324	9 613 176
Operações de crédito e arrendamento mercantil	1 338 978	5 721 986	5 566 655	34 086 452
Haveres externos	349 053	1 408 993	2 375 241	9 175 971
Adiantamentos por conta de pagamentos diversos e créditos especiais	19 995	134 498	50 670	1 488 516
Permanente	200 046	1 150 587	1 422 083	11 890 542
Outras contas (saldo líquido)	100 417	484 450	728 761	2 821 704
<b>PASSIVO</b>	<b>3 071 683</b>	<b>14 343 766</b>	<b>13 905 734</b>	<b>80 734 113</b>
Obrigações por haveres financeiros	802 184	5 608 101	4 073 190	33 051 587
Depósitos interfinanceiros líquidos	(-) 3 862	(-) 68 431	(-) 32 677	(-) 683 826
Obrigações por empréstimos e repasses	551 205	1 417 797	1 383 060	7 399 730
Obrigações especiais	(1) 573 821	2 975 582	1 808 268	8 149 762
Obrigações por arrecadações	12 813	60 766	26 412	200 676
Obrigações externas	555 992	1 848 141	3 730 906	12 428 404
Obrigações para pagamentos a efetuar e valores a incorporar	84 439	518 645	436 595	3 896 841
Provisões	213 133	575 186	882 212	3 027 901
Patrimônio líquido	269 414	1 276 577	1 572 685	12 422 687
Contas de resultado	12 544	131 402	25 083	840 351

FONTE - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

NOTA - Inclusive Carteira de Desenvolvimento e exclusive Banco do Brasil.

(1) A partir de 1990, inclui recolhimentos do Plano Brasil Novo.

# Setor Externo

Embora o Brasil venha apresentando saldos positivos em suas relações comerciais com o resto do mundo, o balanço de pagamentos, no período de 1987 a 1991, somente apresentou resultados positivos em 1988. No ano de 1991, o saldo comercial foi de 10,6 bilhões de dólares. Em contrapartida, no balanço de pagamentos foi apurado um déficit de aproximadamente 4,7 bilhões de dólares.

O Brasil tem características de País exportador, uma vez que seu volume de exportações é significativamente maior que o volume de importações.

## Balanço de pagamentos - 1987-91

ESPECIFICAÇÃO	BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ 1 000 000)				
	1987	1988	1989	1990 (1)	1991 (1)
Balança Comercial (FOB)	11 172	19 184	16 120	10 753	10 615
Exportações	26 224	33 789	34 383	31 414	31 625
Importações	15 052	14 605	18 263	20 661	21 010
Serviços (líquido)	(-) 12 061	(-) 14 389	(-) 14 800	(-) 14 867	(-) 13 177
Transferências unilaterais	70	94	244	834	1 556
Transações correntes	(-) 819	4 889	1 564	(-) 3 280	(-) 1 006
Capitais	(-) 1 363	2 921	(-) 4 179	(-) 5 616	(-) 4 463
Investimentos diretos (líquido)	531	2 269	125	0	170
Financiamentos	2 592	5 177	3 640	3 424	2 026
Amortizações (2)	(-) 13 503	(-) 15 226	(-) 33 985	(-) 8 665	(-) 7 768
Empréstimos em moeda	9 343	9 680	25 972	(-) 925	952
Outros capitais	(-) 326	1 021	69	550	157
Erros e omissões	(-) 805	(-) 833	(-) 776	71	790
Superávit (+) ou Déficit (-)	(-) 2 987	6 977	(-) 3 391	(-) 8 825	(-) 4 679
Financiamento (3)	2 987	(-) 6 977	3 391	8 825	4 679

FONTE - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

NOTA - Excluído lucros reinvestidos.

(1) Dados preliminares. (2) Inclusive o Clube de Paris. (3) Inclusive US\$ 1 175 milhões referentes a reclassificação das obrigações refinanciáveis junto ao Clube de Paris, depositadas no Banco Central em 1987 e refinanciadas em 1988.

## Reservas internacionais do País, no Banco Central do Brasil - 1987-92

PERÍODO	RESERVAS INTERNACIONAIS DO PAÍS (US\$ 1 000 000)	
	Caixa	Liquidez internacional
1987	4 433	7 458
1988	5 359	9 140
1989	7 268	9 679
1990	8 751	9 973
1991	8 552	9 406
1992		
Janeiro	9 682	11 866
Fevereiro	11 081	14 378
Março	13 741	17 062

FONTE - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

NOTA - Posição no final do período.

## Taxa média de câmbio, cruzeiro/dólar - 1990-91

ESPECIFICAÇÃO	TAXA MÉDIA DE CÂMBIO (Cr\$/US\$)			
	1990		1991	
	Taxa	Variação percentual (%)	Taxa	Variação percentual (%)
<b>Final do período</b>				
Compra	168,590	1 391,683	1 068,70	533,90
Venda	170,060	1 397,271	1 068,80	528,48
<b>Média do período</b>				
Compra	(1) 67,671	2 304,797	(1) 408,66	503,90
Venda	(1) 68,056	2 306,506	(1) 409,25	501,34

FONTE - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Banco Central do Brasil, Departamento Econômico.

NOTA - Taxa média diária praticada no mercado.

(1) Taxa média no mês até a data.

Entre as mercadorias exportadas destacam-se matérias-primas como o estanho, o ferro, o manganês, o aço bruto, além de alimentos como o açúcar, o café, o cacau, a soja e a laranja. Entre os produtos importados sobressaem o petróleo (item mais importante da pauta de importação) e as máquinas e equipamentos para a indústria.

**Quantidade e valor da exportação, segundo os capítulos selecionados de mercadorias - 1990-91**

CAPÍTULOS	EXPORTAÇÃO			
	Quantidade (1 000 t)		Valor (US\$ 1 000 000 FOB)	
	1990	1991 (1)	1990	1991 (1)
Café, chá, mate e especiarias	913	1 173	1 190	1 476
Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas	1 020	973	1 552	980
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais	10 361	8 789	1 774	1 519
Minérios, escórias e cinzas	119 953	120 396	2 656	2 870
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	71	65	1 184	1 245
Ferro fundido, ferro e aço	12 547	13 412	3 348	3 850
Alumínio e suas obras	644	800	1 071	1 146
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	494	482	2 486	2 597
Máquinas, aparelhos e material elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	106	112	1 023	1 015
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	364	337	1 611	1 625

FONTE - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Banco do Brasil, Departamento de Comércio Exterior.

NOTAS - 1. Os capítulos apresentados seguem a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.

2. Foram selecionados os capítulos de mercadorias com valor de exportação superior a US\$ 979 000 000,00, em 1991.

(1) Dados sujeitos a retificação.

**Quantidade e valor da importação, segundo os capítulos selecionados  
de mercadorias - 1990-91**

CAPÍTULOS	IMPORTAÇÃO			
	Quantidade (1000 t)		Valor (US\$ 1 000 000 FOB)	
	1990 (1)	1991 (2)	1990 (1)	1991 (2)
Cereais	1 235	2 083	253	474
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo	2 442	5 191	424	606
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	41 899	42 974	5 363	4 848
Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos	1 388	1 765	408	423
Produtos químicos orgânicos	842	941	1 283	1 429
Plástico e suas obras	125	190	384	456
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	129	138	3 210	3 128
Máquinas, aparelhos e material elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	81	78	1 967	1 843
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	47	78	422	634
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios	8	9	749	822

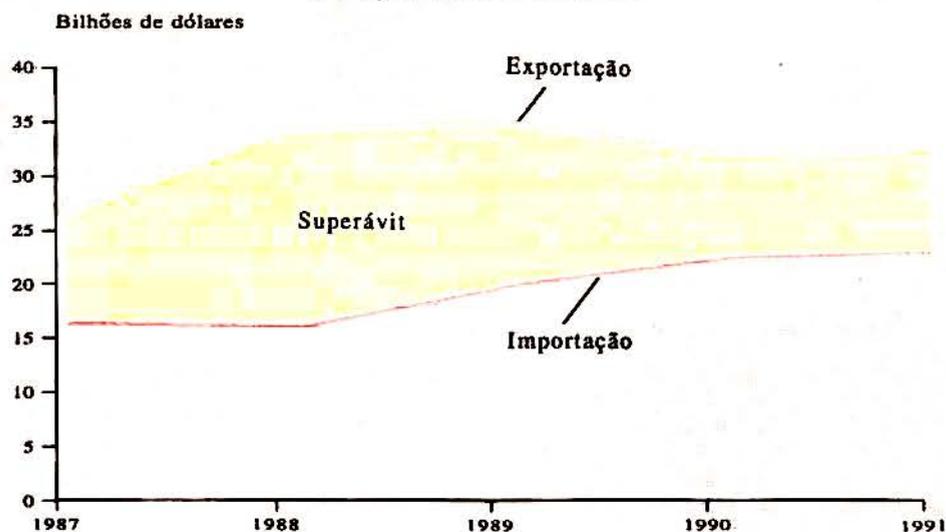
FORNE - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Departamento da Receita Federal, Coordenação do Sistema de Informações Econômico-Fiscais.

NOTAS - 1. Os capítulos apresentados seguem a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.

2. Foram selecionados os capítulos de mercadorias com valor de importação superior a US\$ 422 000 000,00, em 1991.

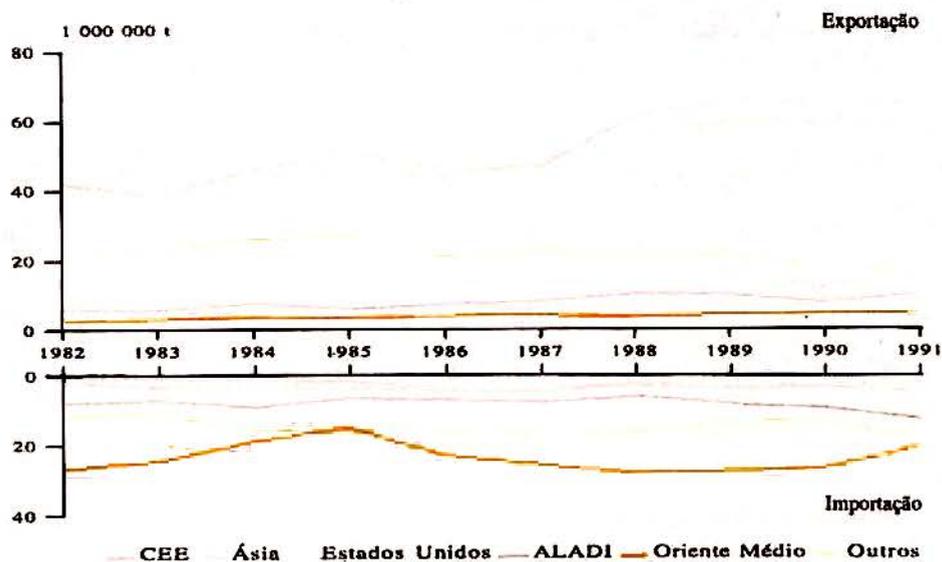
(1) Dados retificados. (2) Dados sujeitos a retificação.

### Balança comercial - 1987 - 91



FONTE - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Banco do Brasil.

### Comércio exterior por zonas econômicas - 1982 - 91



FONTE - Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Departamento da Receita Federal.

# Contas Nacionais

O principal objetivo das Contas Nacionais é representar a vida econômica do País através de um conjunto de informações quantitativas. Elas são uma resposta à necessidade que o Estado tem de conhecer o meio em que atua e as modificações que o afetam, de modo a determinar sua própria ação e prever suas repercussões.

## Produto interno e nacional bruto e renda nacional disponível bruta - 1987-91

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Cr\$ 1 000 000)				
	1987	1988	1989	1990	1991
Consumo final	8 624	62 388	916 299	25 151 706	130 523 162
Consumo final das famílias (1)	7 220	51 523	734 943	20 093 559	106 711 485
Consumo final das administrações públicas	1 403	10 865	181 356	5 058 147	23 811 677
Formação bruta de capital	2 573	19 665	314 864	7 032 459	31 175 544
Formação bruta de capital fixo	2 573	19 665	314 864	7 032 459	31 175 544
Variação de estoques (2)	...	...	...	...	...
Exportação de bens e serviços	1 091	9 425	104 511	2 345 423	14 042 553
Menos: importação de bens e serviços	714	4 928	63 918	1 798 594	10 750 561
<b>Produto interno bruto</b>	<b>11 574</b>	<b>86 551</b>	<b>1 271 756</b>	<b>32 730 994</b>	<b>164 990 698</b>
Menos: rendimentos líquidos enviados ao resto do mundo	436	3 419	38 373	843 710	4 245 283
<b>Produto nacional bruto</b>	<b>11 137</b>	<b>83 132</b>	<b>1 233 383</b>	<b>31 887 284</b>	<b>160 745 415</b>
Menos: transferências unilaterais, líqui- das, ao resto do mundo	(-) 3	(-) 25	(-) 686	(-) 56 451	(-) 635 718
<b>Renda nacional disponível bruta</b>	<b>11 140</b>	<b>83 156</b>	<b>1 234 068</b>	<b>31 943 735</b>	<b>161 381 132</b>

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

NOTA - As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados.

(1) Inclusive variação de estoques. (2) Incluído em consumo final das famílias.

Entre os principais indicadores calculados pelo Sistema de Contas Nacionais do IBGE estão o Produto Interno Bruto - PIB - e a renda *per capita*. Nos últimos anos, o PIB tem apresentado um desempenho aquém do esperado. Em 1991, ele cresceu 0,9% e em um período mais longo - 1980 a 1991 - o seu crescimento foi de 16,9%. Como a população brasileira tem crescido num ritmo mais veloz que o da economia, a renda *per capita* está diminuindo. Em 1991, ela ficou 1,0% menor do que em 1990 e para o período de 1980 a 1991, o decréscimo da renda *per capita* foi de 5,3%.

**Produto interno bruto, segundo as classes e ramos de atividade econômica - 1990-91**

CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA	1990 (1)		1991	
	Valor (Cr\$ 1 000 000)	Relativo (%)	Valor (Cr\$ 1 000 000)	Relativo (%)
<b>Agropecuária</b>	<b>2 989 255</b>	<b>10,4</b>	<b>15 770 744</b>	<b>10,8</b>
<b>Indústria</b>	<b>11 040 248</b>	<b>38,5</b>	<b>54 733 924</b>	<b>37,3</b>
Extrativa mineral	488 112	1,6	2 471 799	1,7
Transformação	7 532 844	26,3	36 620 485	25,0
Construção	2 222 550	7,8	10 332 200	7,1
Serviços industriais de utilidade pública	816 742	2,8	5 309 440	3,8
<b>Serviços</b>	<b>18 250 089</b>	<b>63,7</b>	<b>87 757 952</b>	<b>59,9</b>
Comércio	2 086 245	7,3	10 442 023	7,1
Transportes	1 206 185	4,2	6 347 378	4,3
Comunicações	366 123	1,3	1 669 393	1,1
Instituições financeiras	3 527 296	12,3	11 896 886	8,1
Administrações públicas	3 392 865	11,8	14 453 608	9,9
Aluguéis	4 165 859	14,5	23 045 948	15,7
Outros serviços	3 505 516	12,2	19 902 714	13,6
Subtotal	32 279 592	112,6	158 262 620	108,0
Menos: imputação dos serviços de intermediação financeira	3 621 289	12,6	11 718 608	8,0
<b>Produto interno bruto a custo de fatores</b>	<b>28 658 303</b>	<b>100,0</b>	<b>146 544 012</b>	<b>100,0</b>
<b>Tributos indiretos</b>	<b>4 628 253</b>	<b>16,1</b>	<b>21 335 041</b>	<b>14,6</b>
Menos: subsídios	555 582	1,9	2 888 355	2,0
<b>Produto interno bruto a preços de mercado</b>	<b>32 730 994</b>	<b>114,2</b>	<b>164 990 698</b>	<b>112,6</b>

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

NOTA - As diferenças apresentadas entre a soma de parcelas e os totais são provenientes de arredondamento de dados.

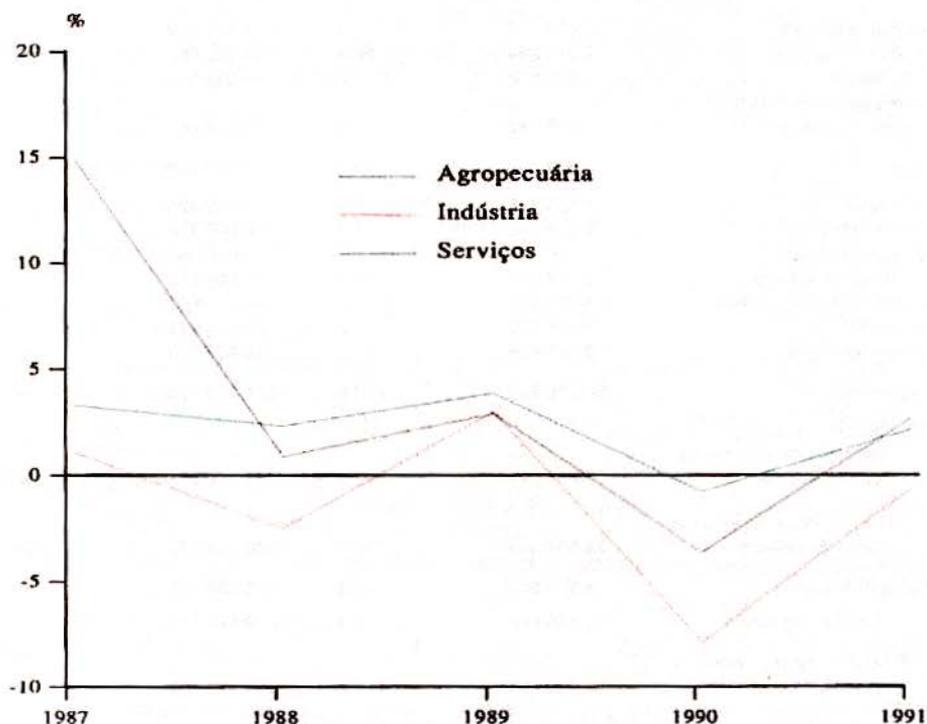
(1) Dados retificados.

Produto interno bruto - índice do produto real, total e *per capita* - 1987-91

ANOS	ÍNDICE DO PRODUTO REAL			
	Valor total		Valor <i>per capita</i>	
	Base: 1980 = 100	Variação anual (%)	Base: 1980 = 100	Variação anual (%)
1987	117,4	3,6	102,7	1,6
1988	117,3	(-) 0,1	100,6	(-) 2,0
1989	121,2	3,3	102,0	1,3
1990	115,8	(-) 4,4	95,7	(-) 6,2
1991	116,9	0,9	94,7	(-) 1,0

FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Varição anual do índice real - 1987 - 91



FONTE - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

# MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul - MERCOSUL - foi estabelecido pelo Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, e dele participa o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.

A integração dos países nasceu do reconhecimento comum da necessidade de acelerar o desenvolvimento econômico, tecnológico, político e social, acompanhando de forma mais efetiva as transformações da conjuntura econômica internacional.

A partir de 31 de dezembro de 1994, o MERCOSUL deverá criar um novo espaço econômico, que permitirá aos países participantes a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; o estabelecimento de tarifas e política comercial comuns; a coordenação das políticas macroeconômicas; e a harmonização das legislações.

## Área e características da população

ÁREA E CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI
Área (km <sup>2</sup> )	(1) (2) 2 780 400	(1) (3) 8 511 966,3	(1) (2) 406 752	(3) (4) 318 392
População total	(1) 32 608 560	(1) 146 917 459	(1) 4 397 306	(4) 2 955 241
Homens	15 968 854	72 536 142	...	1 439 021
Mulheres	16 639 706	74 381 317	...	1 516 220
Densidade demográfica	11,7	17,3	10,81	9,3
População urbana	...	110 875 826	...	2 581 087
População econômica- mente ativa	...	(5) 64 467 981	(5) 1 043 972	(5) 1 355 380

FONTE - MERCOSUL, Sinopse Estatística.

(1) Dados de 1991. (2) Superfície em km<sup>2</sup>. (3) Área total em km<sup>2</sup>. (4) Dados de 1985. (5) Dados de 1990.

## Indicadores demográficos – 1991

INDICADORES	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI
<b>Esperança de vida ao nascer (anos)</b>				
Total	(1) 70,58	(2) 60,08	...	72,41
Homens	(1) 67,28	...	65,04	69,25
Mulheres	(1) 74,01	...	69,38	75,73
Taxa bruta de natalidade	21,64	...	(3) 33,56	17,59
Taxa bruta de mortalidade	7,92	...	(3) 8,45	(4) 10,3
Taxa de mortalidade infantil	22,94	(2) 87,88	(3) 47,61	(3) 21,13
Taxa anual de crescimento da população (por 100 hab.) (5)	1,2	1,9	2,7	0,6

FONTE – MERCOSUL, Sinopse Estatística.

(1) Período 1985–1990. (2) Dados de 1980. (3) Dados provisórios de 1991, em ‰. (4) Período 1990–1995, em ‰. (5) Taxa de crescimento implícita na projeção da população, segundo a hipótese média de fecundidade; período 1990–1995.

## Características das atividades econômicas

CARACTERÍSTICAS	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI
Produto interno bruto (1)	75 112,9	(2) 285 369,2	5 555,7	(2) 6 702,4
Agricultura	8 831,2	32 853,0	1 774,1	980,3
Indústria	19 868,1	100 283,6	1 123,5	1 946,7
Comércio e serviços	46 413,6	174 222,1	2 658,1	4 251,4
<b>Energia</b>				
Produzida (GWh) (3)	50 910	229 819	2 789	5 749
Consumida (KWh/hab.) (4)	1 604	1 708	382	1 494
Divida externa (5)	60 000	119 709	1 788	7 183

FONTE – MERCOSUL, Sinopse Estatística.

(1) Dados de 1990, expressos em milhões de dólares, a preços constantes de mercado de 1980. (2) A fonte originária dos dados – CEPAL, Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe – 1991, já apresenta esta diferença de totalização. (3) Dados de 1989. (4) Dados de 1990. (5) Total desembolsado em US\$ 1 000 000; saldo ao final do ano de 1991.

Comércio exterior, segundo os países - 1991

PROCEDÊNCIA	DESTINO			
	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Argentina	-	1 486	178	311
Brasil	1 475	-	496	337
Paraguai	45	203	-	11
Uruguai	183	384	11	-

FONTE - MERCOSUL, Sinopse Estatística.

NOTA - Comércio inter-regional de bens com base nas exportações FOB, em milhões de dólares.

O IBGE foi a instituição responsável pela iniciativa de colocar em discussão a necessária harmonização das estatísticas dos Estados Partes do MERCOSUL. Coube ao IBGE também a proposta de elaboração de uma publicação que reunisse as informações estatísticas dos quatro países. Assim, surgiu o MERCOSUL: Sinopse Estatística.

A publicação é feita em conjunto pelos institutos oficiais de estatística dos Estados Partes, tem edição bilíngüe (português e espanhol) e está agrupada em cinco grandes características: território, população, econômico-setoriais, macroeconômicos e de comércio exterior.

O Brasil foi o primeiro editor, em 1993, e será seguido da Argentina, Paraguai e Uruguai.

# Bibliografia

- ANUÁRIO DO TRANSPORTE AÉREO. Dados econômicos. Rio de Janeiro : Departamento de Aviação Civil, v. 2, 1990. 224p.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA RFFSA. Rio de Janeiro : Rede Ferroviária Federal S.A., Departamento Geral de Estatística, v. 27, 1988. 140p.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro : IBGE, v. 43, 1982. 904p.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro : IBGE, v. 46, 1985. 760p.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro : IBGE, v. 48, 1987/1988. 740p.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro : IBGE, v. 49, 1989. 716p.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro : IBGE, v. 50, 1990. 784p.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro : IBGE, v. 51, 1991. 1024p.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro : IBGE, v. 52, 1992. 1119p.
- BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL. Brasília: Ministério de Minas e Energia, Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético, 1992. 140p. Ano base 1991.
- CENSO demográfico de 1991: análises preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 2v.
- \_\_\_\_\_. resultados preliminares. Rio de Janeiro : IBGE, 1992. 95p.
- CONJUNTURA AGROPECUÁRIA. Rio de Janeiro : IBGE, dez. 1991. 12p. Comentários sobre o desempenho das lavouras e da pecuária.
- CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, v. 44, n. 11, nov. 1990. 180p.
- CRIANÇAS E ADOLESCENTES: INDICADORES SOCIAIS. Rio de Janeiro : IBGE, v. 4, 1992. 159p.
- A ECONOMIA BRASILEIRA E SUAS PERSPECTIVAS. Rio de Janeiro : Associação Promotora de Estudos da Economia, ano 31, 1992. 245p.
- ESTATÍSTICA BRASILEIRA DE ENERGIA = BRAZILIAN ENERGY STATISTICS. [Brasília]: Comitê Nacional Brasileiro, ano 27, n. 37, 1991. 57p.
- ESTATÍSTICA DA PESCA. Rio de Janeiro : IBGE, v. 10, n. 1, jan./jun. 1989. 69p.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro : IBGE, v.10, n. 2, jul./dez. 1989. 68p.
- INDICADORES CONJUNTURAIS IBGE: ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA ANUAL: Rio de Janeiro : IBGE, jan. 1992. [13p.]
- LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA: PESQUISA MENSAL DE PREVISÃO E ACOMPANHAMENTO DAS SAFRAS AGRÍCOLAS NO ANO CIVIL. Rio de Janeiro : IBGE, dez. 1991. 70p.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro : IBGE, jan. 1992. 56p.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro : IBGE, dez. 1992. 70p.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: PRODUÇÃO FÍSICA - BRASIL. Rio de Janeiro : IBGE, nov./dez. 1991. 14p.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro : IBGE, v.14, n. 1, 1990. 311p. No prelo.
- \_\_\_\_\_.: síntese de indicadores da pesquisa básica da PNAD de 1990. 104p.
- SINDICATOS: INDICADORES SOCIAIS. Rio de Janeiro : IBGE, v. 1, 1987. 42p.
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro : IBGE, v. 2, 1988. 90p.
- TRABALHO no Brasil: síntese de indicadores: 1989-1990. Rio de Janeiro : IBGE, 1992. 119p.

# Índice

## A

- abastecimento de água
  - domicílios particulares, 38
  - ligações de água, economias abastecidas, extensão da rede distribuidora, 40
- acidentes de trabalho, 35-36
- aeronaves
  - construção, 61
- agricultura
  - produção e principais produtores, 54-55
- agropecuária, 54-58
- alfabetização, 45-46
- analfabetismo, 45-47
- área terrestre *ver* espaço territorial
- arquivos
  - por dependência administrativa, 50
- asininos, 56
- assistência médica *ver* saúde
- assistência social, 34-35
- aves, 56
- avicultura, 55
  - efetivo, 56
  - produtos, 56
- aviões *ver* aeronaves

## B

- bacias hidrográficas
  - área e potencial hidrelétrico, 13-14
- balança comercial, 89
  - exportação, 87
  - importação, 88
  - MERCOSUL, 95
- balanço de pagamentos, 85
- Banco Central do Brasil
  - reservas internacionais do País, 86
- bancos
  - balancete consolidado, 84
  - ver também* instituições financeiras

bibliotecas  
por dependência administrativa, 50  
bovinos, 55-56  
bubalinos, 56

## C

câmbio  
taxa média, 86  
caprinos, 56  
carvão mineral  
produção e consumo, 67  
chuvas *ver* precipitação pluviométrica  
clima, 11-13  
coelhos, 56  
comércio exterior *ver* balança comercial  
comunicação  
meios, 75-77  
telecomunicações e correios, 75-77  
conservação da natureza *ver* unidades de conservação da natureza  
contas nacionais, 90-92  
correios e telégrafos  
tráfego postal, serviço telegráfico, 77  
crédito rural  
financiamentos concedidos, 57  
crescimento demográfico, 18, 20-21, 25  
crianças  
estado nutricional, 44  
cultura, 50-51  
culturas permanentes  
produtos, 54  
culturas temporárias  
produtos, 55

## D

densidade demográfica, 18-19, 24  
despesa da União *ver* finanças públicas  
divisão político-administrativa *ver* divisão territorial  
divisão territorial, 9-10  
domicílios particulares, 37-39  
moradores, 38-39

## E

educação *ver* ensino

eleições  
  eleitores, 52-53  
energia  
  elétrica, 64  
  fontes primárias, 63  
  hidráulica, 65  
  nuclear, 67  
ensino, 45-49  
  estabelecimentos, 48  
  matrículas efetuadas, 48  
  pós-graduação, 48  
  professores, 46, 48  
  *ver também* instrução  
equinos, 56  
esgotamento sanitário, 40  
espaço territorial  
  extensão, 7, 10  
espaços cênicos *ver* teatros  
exportação, 87

## F

fauna  
  espécies em extinção, 14-15  
ferrovias  
  extensão das linhas, 68-69  
  *ver também* transporte ferroviário  
finanças públicas  
  despesa realizada pelo Tesouro, 81  
  receita arrecadada do Tesouro, 80  
floresta amazônica, 14  
fronteiras *ver* linha divisória  
fusos horários *ver* hora legal

## G

gás natural  
  produção, 65

## H

habitação *ver* domicílios particulares  
hidrovias, 70  
  *ver também* transporte hidroviário  
hora legal, 8-9  
hospitais *ver* saúde

## I

idosos, 25

importação, 88

Índice Nacional de Preços ao Consumidor, 78-79

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, 78-79

indústria

índices de produtividade, 59

produção, 60-62

taxas anuais de crescimento, 59

vendas, 60-61

INPC *ver* Índice Nacional de Preços ao Consumidor

INSS *ver* Instituto Nacional de Seguro Social

instituições culturais

por dependência administrativa, 50

instituições financeiras

balancete consolidado

autoridades monetárias, 83

bancos comerciais e múltiplos, 84

Instituto Nacional de Seguro Social

benefícios concedidos, 34

instrução

condição de alfabetização, 46

taxa de analfabetismo, 45, 47

taxas de escolaridade, 47

*ver também* ensino

IPCA *ver* Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

## L

lavouras permanentes e temporárias *ver* culturas permanentes  
culturas temporárias

limites *ver* linha divisória

linha divisória, 7-8

livros

edição por dependência administrativa, 50

## M

mão-de-obra feminina

taxas de atividade, 27

máquinas agrícolas

produção e vendas, 60

material rodante *ver* transporte ferroviário

meios de pagamento

composição geral, 82

- menores de idade
  - trabalho, 30
- Mercado Comum do Sul *ver* MERCOSUL
- MERCOSUL
  - área e características da população, 93
  - balança comercial, 95
  - indicadores demográficos e características das atividades econômicas, 94
- minerais metálicos e não-metálicos
  - produção, 62
  - reservas, 66
- moeda *ver* meios de pagamento
- moradias *ver* domicílios particulares
- muars, 56
- museus
  - por dependência administrativa, 50
- municípios
  - mais populosos, 25

## N

- nascimentos, 23

## O

- óbitos, 23
- observações meteorológicas, 12
- organização sindical *ver* sindicatos
- ovinos, 56

## P

- parques nacionais e estaduais, 14, 16-17
- pecuária, 55
  - efetivo, 56
  - produtos, 56
- pesca, 58
- petróleo
  - produção, 65
- PIB *ver* produto interno bruto
- picos, 10-11
- PNB *ver* produto nacional bruto
- policlínicas *ver* saúde
- pontos culminantes *ver* picos
- pontos extremos, 7

população  
  condição de alfabetização, 46  
  contribuição para instituto de previdência, 35  
  crescimento, 18, 20-21, 25  
  densidade, 18-19, 24  
  economicamente ativa, 26-27, 29  
  em idade ativa, 26  
  envelhecimento, 25  
  não economicamente ativa, 26-27  
  ocupada, 26, 29-30  
  projeção, 23  
  residente, 18-20, 22  
  taxa de desocupação, 29-30  
postos e centros de saúde *ver* saúde  
potencial hidrelétrico, 13-14  
precipitação pluviométrica, 12-13  
previdência social  
  benefícios concedidos, 34  
  contribuição, 35  
produto interno bruto, 90-92  
produto nacional bruto, 90  
produtos agrícolas, 54-55  
produtos de origem animal, 56  
produtos derivados de petróleo  
  produção e consumo, 65  
projeção da população, 23  
pronto-socorros *ver* saúde  
publicações periódicas  
  por dependência administrativa, 50

## R

rádio  
  emissoras, 51  
receita da União *ver* finanças públicas  
recursos energéticos, 64  
rede ferroviária *ver* ferrovias  
Rede Nacional de Comunicação de Dados por  
  Comutação de Pacotes, 75  
rede viária *ver* rodovias  
relevo, 10-11  
renda nacional, 90  
RENPA *ver* Rede Nacional de Comunicação de Dados por  
  Comutação de Pacotes  
reservas biológicas, ecológicas e florestais, 14, 16-17

reservas internacionais do País, 86  
reservas minerais, 66  
residências *ver* domicílios particulares  
rios *ver* bacias hidrográficas  
rodovias  
    extensão da rede, 68

## S

salário mínimo  
    evolução, 28  
saneamento básico, 40-41  
    municípios com serviços, 41  
saúde, 42-44  
    consultas médicas, 43  
    estabelecimentos  
        segundo a classe, 42  
        segundo a especialização médica, 43  
sindicatos, 31-33  
    associados, 31-32  
    segundo os principais grupos profissionais, 32  
Sistema Nacional de Crédito Rural  
    financiamentos concedidos, 57  
suínos, 56

## T

teatros  
    por dependência administrativa, 50  
telecomunicações *ver* comunicação  
telefonia  
    serviços, 76  
telégrafos *ver* correios e telégrafos  
televisão  
    emissoras, 51  
    redes, 76  
telex  
    minutos taxados, terminais ativados, 75  
temperatura do ar, 12  
terras indígenas, 17  
trabalhadores *ver* população  
trabalho de menores *ver* menores de idade  
trabalho feminino *ver* mão-de-obra feminina  
transporte aéreo  
    aeronaves construídas, 61  
    tráfego aéreo, 71

transporte ferroviário  
material rodante, 69  
passageiros e cargas, 70  
transporte hidroviário  
movimento de embarcações e de mercadorias, 70-71  
transporte rodoviário, 68  
trens *ver* transporte ferroviário  
turismo, 72-74  
  entrada de turistas estrangeiros, 72  
  saída de turistas brasileiros, 73

## U

umidade relativa, 12  
unidades de conservação da natureza  
  parques nacionais e estaduais, reservas biológicas, ecológicas e  
  florestais, 14, 16-17

## V

veículos de autopropulsão  
  produção e vendas, 61

## **Coordenação**

Maria Julia Pinto Moreira Pereira

## **Assessoria Técnica e Redação**

Eliane Antas

Regina de Almeida Sá

## **Colaboradores**

Ana Maria Raeder Ramos

Célia Regina Monteiro dos Santos

Chirlei Ramos Monsores

Clea Nogueira Addor

Edna Maria de Sá Moraes

Eliezer dos Reis

Helena M. M. Balassiano - DEGEO/DGC

Léa Tameirão Albernaz

Lucia Helena F. do Nascimento

Luiz Alberto Matzenbacher

Maria Monica Vieira Caetano O'Neill - DEGEO/DGC

Pedro Marcilio da Silva Leite - DECAR/DGC

Reinaldo Silva Pereira

Sueli Sirena Caldeiron - DERNA/DGC

Tania Andrade Barbosa de Castro

Wania Inez Sendim Costa

## **Equipe Editorial**

### **Tabulações Especiais**

Maria Lucia dos Santos

Neuza Maria de O. G. Damásio

Sônia Gonçalves da Rocha

### **Estruturação Editorial**

Katia Vaz Cavalcanti

### **Copidesque**

Anna Maria dos Santos

Wilton de Almeida Tavares

### **Revisão**

Cristina Carlos de Carvalho Pinho

Iaracy Prazeres Gomes

Umberto Patrasso Filho

### **Edição**

Vanda Ribeiro dos Anjos

### **Diagramação**

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Marcelo Thadeu Rodrigues

Sebastião Monsores

## **Equipe Gráfica**

### **Fotolito, Impressão e Acabamento**

Divisão de Gráfica - DEDIT/CDDI

## **Promoção e Comercialização**

Departamento de Promoção e Comercialização - DECOP/CDDI

### **NOTA**

Esta publicação já estava em processo final de impressão quando, em 1º de agosto de 1993, a moeda nacional teve sua denominação modificada de Cruzeiro para Cruzeiro Real. A nova unidade passou a equivaler a mil cruzeiros e a ter como símbolo CR\$.

## **SE O ASSUNTO É BRASIL, PROCURE O IBGE**

---

O IBGE põe à disposição da sociedade milhares de informações de natureza estatística (demográfica, social e econômica), geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, que permitem conhecer a realidade física, humana, social e econômica do País.

### **VOCÊ PODE OBTER ESSAS PESQUISAS, ESTUDOS E LEVANTAMENTOS EM TODO O PAÍS**

No Rio de Janeiro  
Centro de Documentação e Disseminação de  
Informações - CDDI

Divisão de Atendimento Integrado - DAT  
Biblioteca Isaac Kerstenetzky  
Livraria Wilson Távora

Rua General Canabarro, 666  
20 271-201 - Maracanã - Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021)284-0402  
Telex: 2134128 - Fax: (021)234-6189

Livraria do IBGE  
Avenida Franklin Roosevelt, 146 - loja  
20 021-120 - Castelo - Tel.:(021)220-9147

**Nos Estados procure o  
Setor de Documentação e Disseminação de Informações - SDDI -  
da Divisão de Pesquisa**

**O IBGE possui, ainda, agências localizadas nos  
principais municípios**